



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE GRADUAÇÃO, BACHARELADO EM
SERVIÇO SOCIAL

TERESINA – Junho 2012

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Prof. Dr. Luíz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Regina Ferraz Mendes

COORDENADORA DE CURRÍCULO

Prof^a. Dr^a. Antonia Dalva França Carvalho

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^a Dr^a.: Lila Cristina Xavier Luz

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^a Dr^a.: Maria do Rosário de Fátima e Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Prof^a Dr^a.: Maria do Rosário de Fátima e Silva

Prof^a Dr^a.: Marlúcia Valéria da Silva

Prof^a Dr^a.: Masilene Rocha Viana

Prof^a Dr^a.: Lila Cristina Xavier Luz

Prof^a Ms.: Lúcia Vilarinho da Silva

SUMÁRIO

1. Identificação do Curso	03
2. Apresentação	04
3. Justificativa	06
4. O Curso de Serviço Social	08
4.1 Introdução	08
4.1.1 A formação acadêmica em Serviço Social na UFPI e o mercado para a profissão no Piauí	09
4.1.2 As distintas alterações curriculares	14
4.2 Princípios curriculares	18
4.3 Objetivos do Curso	19
4.4 Perfil do Formando/egresso	19
4.5 Competências e habilidades esperadas	20
4.6 Forma de Acesso ao Curso	21
4.7 Conteúdos Curriculares	21
4.8 O Processo de Ensino-aprendizagem	23
- O papel do aluno	23
- O papel do professor	23
4.9 Organização do Curso	24
4.10 Sistema de Avaliação	26
4.10.1 Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem	26
4.10.2 Avaliação do projeto Pedagógico do Curso	27
4.11 Matriz Curricular	29
4.12 Fluxograma do Curso	33
4.13 Disciplinas optativas	34
4.14 Equivalência Curricular	35
4.15 Estágio Obrigatório	38
4.16 Atividades Complementares	41
4.17 Trabalho de Conclusão do Curso	50
4.18 Ementário e Bibliografia básica e complementar das disciplinas do curso	52
4.18.1 Ementário e Bibliografia básica e complementar das disciplinas optativas	88
4.18.2 Estruturação das disciplinas por Núcleos	94
4.19 Quadro de Recursos Humanos do Curso	99
4.20 Programa de Educação Tutorial	103
5.0 Política de Pesquisa e Extensão	104
6.0 Referências bibliográficas	105
7.0 Condições de implementação	106

1. Identificação do Curso

DENOMINAÇÃO DO CURSO:

Serviço Social

NÍVEL:

Graduação

MODALIDADE:

Bacharelado

TÍTULO ACADÊMICO:

Bacharel em Serviço Social

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: **4 anos**

Máximo: **7 anos**

CARGA-HORÁRIA TOTAL:

Ideal atual: **3.225**

FORMA DE INGRESSO AO CURSO: **SISU**

VAGAS OFERTADAS:

50 vagas

ANO/PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO: **1º/2007**

2. Apresentação

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 24.01.07, Resolução 13/07 de 25.01.2007 - Processo 23111.010930/06-98, sendo o novo Currículo IV, implantado em março do mesmo ano.

Objetivando acompanhar a implantação do Currículo recém aprovado, já no primeiro semestre desse ano, a então Comissão de Acompanhamento Curricular-CAC, realizou uma série de atividades para operacionalizar o funcionamento do Curso, dentre estes: oferta e conteúdos de disciplinas; equivalência de disciplinas entre os dois currículos e desativação do Currículo III. Ao final do processo a Comissão identificou a necessidade de realizar alguns ajustes ao Currículo, fato que motivou, em novembro de 2007, o encaminhamento uma proposição de incorporação de disciplinas equivalentes do Currículo IV para o Currículo III. Após trâmite pelos órgãos colegiados, em 28.11.2007, foram aprovadas a Resolução 254/07 com as alterações constantes do Processo nº 23111.010923/07-11.

Com vistas a estruturar as Normas das Atividades Complementares, a CAC organizou várias Oficinas Pedagógicas, para debater e definir, com a Comunidade Acadêmica, que atividades fariam parte das atividades complementares. Duas preocupações nortearam tais discussões: definir normas que possibilitassem aos estudantes realizarem, igualmente, atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Uma segunda preocupação era diversificar ao máximo as atividades, para possibilitar aos estudantes diferentes escolhas. Em 2009 foi concluído o documento, cumprindo, assim, mais uma etapa de implantação do currículo. Ao final do mesmo ano, também a partir de debate com a Comunidade Acadêmica, a CAC discutiu e definiu as linhas de pesquisa do Departamento, as quais, posteriormente, nortearam a elaboração das Normas de Trabalho de Conclusão de Curso.

Com o objetivo de analisar o currículo recém implantado, em 2010 foi feita uma avaliação do mesmo, envolvendo professores e alunos. O resultado deste processo suscitou uma discussão acerca da definição de conteúdo por disciplina, bem como reestruturação de disciplinas para aglutinar conteúdos. Além disto, foram incorporadas conteúdos de gênero e diversidades, raça e etnia, libras e meio ambiente, Processo nº 011311/12-50, Resolução

Portanto, o este Projeto é fruto de um debate do coletivo do curso, e consolida inúmeras contribuições com vistas a aprimorar a proposta ora apresentada. Neste sentido, o documento materializa o Projeto implantado em 2007, as alterações realizadas

em novembro desse ano, bem como aquelas relativas às adequações propostas pelo MEC, aprovadas recentemente pelos órgãos colegiados desta IES.

3. Justificativa

A Universidade é uma instituição histórica, que é influenciada e influencia o meio em que se insere. Com as mudanças no mundo do trabalho, explícito na: reestruturação produtiva - que impõe a flexibilização na geografia, nos processos e relações de trabalho; nas exigências de um novo perfil de profissional – polivalente, que saiba trabalhar em equipe sem a demarcação rígida de atribuições e que tenha habilidades não só técnicas, mas também comportamentais; com o avanço e consolidação da sociedade do conhecimento/informação; com as mudanças nos princípios e perfil das políticas públicas com a Constituição de 1988 e a contradição que impõe o ideário neoliberal nessas políticas, requer-se a promoção de mudanças no espaço acadêmico orientadas para inovações na gestão acadêmica, pedagógica e administrativa e nos próprios processos avaliativos.

A mudança impõe-se com urgência, em função do fato de que a principal missão da Universidade gira em torno do preparo de futuros profissionais, tendo como matéria prima um produto de “longa maturação” (Leite, 2005). Neste sentido, a Universidade é uma instituição que se antecipa, que trabalha no hoje construindo o futuro, projetando seus usuários para um amanhã permeado pela incerteza.

Neste cenário, a demanda por um profissional versátil/flexível impõe a necessidade de revisão do fundamento do processo de formação/qualificação, ganhando o fator humano um papel expandido no mercado de trabalho, haja vista que também as competências e habilidades subjetivas passam a ser valorizadas, incluindo saberes incorporados pelos estudantes/profissionais fora da esfera formal do mundo do trabalho ou da educação, direcionadas, sobretudo, para a capacidade de mobilizar diferentes saberes para enfrentar e resolver problemas e imprevistos. Ao saber, ao saber-fazer agrega-se a exigência do saber-ser, abrangendo habilidades, competências e qualidades pessoais.

Cabe então à Universidade compreender as transformações contemporâneas preservando o “equilíbrio entre valores éticos e culturais, resguardando sua função de lúcida consciência crítica da sociedade de seu tempo, juntamente com a criação, preservação e difusão do conhecimento” (Leite, 2005, p. 26).

Em sintonia com as mudanças arroladas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta na perspectiva de flexibilizar a organização dos cursos e carreiras, através das diretrizes curriculares. Coloca, assim, a graduação como uma etapa inicial do processo de formação continuada, que deve oferecer uma formação básica que habilite

o graduado para enfrentar e responder os desafios das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das políticas públicas. Neste sentido, o graduando não é apenas um mero receptor do saber. Deverá ser iniciado na produção do conhecimento, tendo a possibilidade de variados tipos de formação e experiências diversificadas em um mesmo curso, dentro e fora do espaço da academia.

Logo, a formação profissional não se encerra com a conclusão do curso, que é apenas seu desencadeador, fazendo parte de "um processo contínuo e sempre inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção de saberes, mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional" (Pinto, 1997, p. 46).

Com as diretrizes curriculares, a formação profissional, então, ganha maior riqueza e complexidade, explicitadas em princípios tais como:

- O incentivo a uma sólida formação geral, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo curso;
- Estímulo a práticas de estudo independente, no sentido de assegurar a autonomia profissional e intelectual do aluno;
- Encorajar o aproveitamento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico;
- Melhorar a articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, estágios e atividades de extensão.

Contextualmente, no Serviço Social, em 1996 após a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394, em 20/12/96 estabeleceu outra normalização para o sistema nacional de educação, resultando na substituição da estrutura de currículos mínimos e plenos pela definição de Diretrizes Curriculares orientadoras dos projetos de formação profissional, em nível de graduação.

Em 2001 pelos pareceres CNE/CES nº 492/2001, 1363/2001 e 15/2001, as diretrizes avançam em seu processo de aprovação. Em 2005, as diretrizes são consideradas pelo Ministério da Educação e Cultura como vigentes para os cursos de Serviço Social, parametrando os instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior – SINAES. Desse modo, nacionalmente, todos os cursos de Serviço Social promovem gestões para implantar as diretrizes curriculares, alguns já em sua 3ª versão.

4. O Curso de Serviço Social

4.1. Introdução

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desde sua criação em 1976, vem buscando acompanhar os movimentos desencadeados pela entidade nacional de ensino (ABEPSS), no âmbito das alterações das propostas pedagógicas, mesmo que de modo moroso e, em muitos momentos, tendo que enfrentar grandes dilemas quando suas prioridades entravam em confronto com as exigências colocadas pelas entidades nacionais que congregam as escolas. Esse foi o caso das últimas experiências de revisão curricular, que se consubstancia no presente documento, resultado de um processo de longa gestação e esperada concretude.

O presente projeto pedagógico vem cumprir, portanto, enorme lacuna em face de exigência de revisão curricular do curso de Serviço Social da UFPI, seja pela necessidade de adequá-lo aos novos desafios postos pela nova questão social, em face, também das grandes transformações que têm se processado nas últimas décadas, com mudanças substantivas no mundo do trabalho, redefinindo de forma contundente as relações público-privado, dentre outros inúmeros cenários que apontam para o redesenho das exigências teórico-políticas e técnico-operativas do Serviço Social.

A esse quadro de profundas mudanças na realidade sob a qual atuam os profissionais do Serviço Social, seguem-se, também, as exigências institucionais (da ABEPSS, UFPI, entre outras) inspiradas na necessidade de uma formação profissional concatenada com os novos desafios. Nesse mesmo sentido, o MEC exige, nos processos de renovação/revalidação dos cursos, as adequações normativas de cada curso às novas exigências do mundo do trabalho e do processo de ensino-aprendizagem, concatenado com os novos princípios das políticas públicas, pós-Constituição de 1988. Assim, os processos de revisão curricular impõem-se como uma constante, no sentido de acompanhar o movimento da realidade, as alterações impostas pelo movimento do modo capitalista de produção e as mudanças colocadas pela sociedade da informação.

Destarte, além dos textos normativos, as mudanças no mundo do trabalho e nas configurações do Estado brasileiro e em suas políticas requisitam um novo perfil de profissional e, conseqüentemente, de formação profissional, que responda aos novos processos de trabalho e às novas necessidades sociais.

Com a implantação das diretrizes curriculares, a formação profissional do Serviço Social ganha outra densidade e novos pressupostos e princípios. Nesse sentido,

os **pressupostos balizadores dessa nova concepção de formação profissional** do assistente social, são:

- o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva cujo objeto se delinea a partir das manifestações da questão social;
- a relação do Serviço Social com a questão social – matéria prima da intervenção do Assistente Social – é mediatizada por processos sócio-históricos e teórico-metodológicos inerentes a seu processo de trabalho;
- o agravamento da questão social, a partir do processo de reestruturação produtiva no Brasil e da implementação do projeto neoliberal, impõe mudanças no campo de ação do Assistente Social;
- o processo de trabalho do Assistente Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas que o seu enfrentamento conforma, através das políticas e lutas sociais.

4.1.1 A formação acadêmica em Serviço Social na UFPI e o mercado para a profissão no Piauí

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 01/12/1976 (Resolução CONSUN/UFPI – Doc. 02/76) e reconhecido por Portaria do MEC em 07/07/1983 (Documento 313, data da publicação 12/07/1983). No entanto, as protoformas do Serviço Social no Piauí datam de anos anteriores. Segundo Setúbal (1983, p.126):

O Serviço Social no Piauí foi implantado no início de 1947, com a chegada da recém-graduada Delma Portela Basílio da Silva à Legião Brasileira de Assistência – Comissão Estadual (CE). A LBA do Piauí foi fundada em 14 de setembro de 1942, dois anos após a criação da Comissão Central do Rio de Janeiro.

A demanda que gera a necessidade de contratar aquele profissional remete às questões administrativas para a otimização de recursos humanos e materiais. Os programas implementados orientavam-se por um cunho paternalista, sendo o profissional de Serviço Social vinculado à Divisão de Maternidade e Infância, com trabalho voltado para as assessorias às Presidentes da instituição e à Divisão de Supervisão aos Centros Sociais da capital e do interior (SETÚBAL, 1983, p.127).

Outras instituições congêneres são criadas no Estado: o SESI em 1958, o Serviço Social do Estado e a Ação Social Arquidiocesana, ambas em 1960. Os anos que seguem observam uma expansão gradativa do mercado para o Serviço Social:

Nos anos compreendidos entre 63-80, o mercado de trabalho para o

assistente social no Piauí foi ampliado, devido à implantação do Serviço Social em algumas instituições já em funcionamento ou recém criadas no Estado como: Instituto de Aposentaria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público (1963); o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (1966); as Centrais Elétricas do Piauí S.A – CEPISA (1967); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (1969); o 2º Batalhão de Engenharia e Construção – 2º BEC (1971); o Hospital Areolino de Abreu (1973); o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas – HDIC (1974); a Universidade Federal do Piauí, Divisão de Assuntos Comunitários – DAC (1974); a Comissão de Assistência Comunitária – CAC (1975); a Companhia de Habitação do Piauí – COHAB (1975); A Secretaria do Trabalho e Promoção Social (1975); o Hospital São Marcos (1976); a Universidade Federal do Piauí – Curso de Serviço Social (1976); a Telecomunicações do Piauí S.A – TELEPISA (1978); a Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA (1978); o Projeto Rondon (1979) (SETÚBAL, 1983, p.133).

Em 1976, ano de criação do Curso de Serviço Social da UFPI, é também criada a Delegacia Seccional do Conselho Regional de Assistentes Sociais, submetida à direção do órgão do Maranhão (GUIMARÃES, 1995, p.57). A década seguinte constituirá um marco para a profissão no Piauí, momento em que se forma a primeira turma de Serviço Social da UFPI, possibilitando as bases do mercado de trabalho profissional em outras áreas: movimentos sociais organizados; deficiência, entre outros (LUZ, 1995, p. 62).

O Estado do Piauí no início dos anos 1980, conforme Guimarães (1995, p. 49) contava com aproximadamente trezentos (300) assistentes sociais. Contudo, analisando a situação de trinta e três (33) egressos do curso das primeiras turmas, Guimarães (1995, p. 49) constata que apenas vinte e duas (22) pessoas conseguiram empregar-se na profissão “em até 1 ano de formadas pela UFPI”. Assim, conclui a autora citada que “a questão do desemprego na profissão é uma realidade que se coloca, especialmente, a partir do final da segunda metade da década de 1980, quando o número de contingentes da categoria profissional já atinge a faixa de 500 pessoas” (1995, p. 49), crescendo, portanto, “o número de pessoas que não consegue emprego na profissão, que passa a trabalhar em outros ramos da atividade formal ou, ainda, que vive da economia informal, trabalhando como autônomo” (1995, p. 50).

Ainda na trilha de Guimarães (1995, p. 52), na década de 1980, a esfera governamental (estadual e municipal) mantém-se como o principal empregador de assistentes sociais, embora a forma predominante de inserção no serviço público ocorresse pela via dos apadrinhamentos políticos, dos favores, das amizades e de vínculos familiares.

No caso particular da UFPI, só a partir de 1984, o Departamento de Serviço Social passa a contratar, através de concurso público, seus “ex-alunos como docentes” (GUIMARÃES, 1995, p.51). Neste sentido, a esfera federal destaca-se como aquela que emprega por processos seletivos onde sobressai a impessoalidade. Guimarães (1995)

informa ainda que até o primeiro semestre de 1993, quinhentos e trinta e dois (532) alunos concluíram o curso de Serviço Social na UFPI. Essa marca de mais de 500 profissionais no mercado de trabalho permite a criação do CRESS 22ª Região, no Estado, em 1993 (Lei 8.662/93).

Até 1983, Setúbal (1983) identificou aproximadamente “33 instituições com o Serviço Social em funcionamento” na capital. Teresina congregou historicamente as principais instituições empregadoras de assistentes sociais no Estado, por concentrar os principais bens e serviços. Nesse mesmo esforço, Rosa (1994) identificou que, em 1994, Teresina concentrava 64,7% dos profissionais em atividade no Estado, ficando o restante no interior.

Em fins dos anos 1990, Luz, em pesquisa sobre o mercado de trabalho do Serviço Social, identificará que a profissão no Piauí se afirma, se expande e se consolida como parte integrante do aparato institucional do setor público estatal, sobretudo de âmbito estadual e federal, destacando-se como principais áreas empregadoras a assistência social (aglutinando 18% dos postos de trabalho) e a saúde (LUZ, 1999), haja vista o parco desenvolvimento do setor secundário da economia estadual. Conforme Luz (1999, p.24), em 1998 há um contingente de setecentos e trinta e seis (736) profissionais inscritos no CRESS-PI, sendo que 546 (74%) permaneciam com seus registros ativos.

Luz (1999, p. 32) identifica em 1998, setenta e três (73) instituições empregadoras de assistentes sociais, 110% mais que o levantado por Setúbal em 1983. Agrupa-as em doze áreas de política social, que perfazem 396 postos de trabalho ocupados. O estudo revelou que a área da saúde tem primazia no número de instituições (17) e igualmente no número de postos de trabalho (92). Em seguida, em termos de quantidade de instituições empregadoras sobressai-se a área de empresa (10) e assistência (06). Em relação ao número de postos de trabalho, em segundo lugar aparece a assistência social (72), seguida da área previdenciária, com 35 postos. Ou seja, a área saúde ganha prevalência como espaço sócio-ocupacional da categoria no Piauí, secundarizando a área da assistência, que, mesmo assim, continua sendo um dos três grandes empregadores, apesar de contar com apenas 06 organizações em Teresina, até então.

Dessa maneira, observa-se que a dinâmica dos empregos para assistentes sociais no Piauí acompanha o desenvolvimento econômico do Estado. Neste sentido, são nas cidades pólo de desenvolvimento - Teresina, Picos e Parnaíba - onde se concentra a maioria dos assistentes sociais exercendo a profissão, com destaque para a capital.

Vale lembrar que, apesar da escassa oferta de empregos para a profissão no Piauí, o curso de Serviço Social da UFPI, historicamente, sempre esteve situado entre os cinco de maior concorrência. Para o vestibular 2004, a concorrência foi de 16,24%, ficando o Serviço Social em 4º lugar, abaixo apenas de Medicina (24,22%), de Enfermagem (17,93) e de Direito (17,16%). Ou seja, das profissões de maior prestígio/*status* e mercado de trabalho. Já em 2006 figurou em 2º lugar, abaixo apenas de Medicina.

Luz (1999, p. 22), ao analisar os elementos que configuram o mercado profissional em Teresina nos anos 90, aponta significativas alterações nesse mercado "seja na forma de prestação dos serviços, seja na maneira de recrutamento e acesso ao mercado". Como parte desse processo, ela destaca "o surgimento de consultorias e assessorias a projetos [...] motivados, por vezes, pela 'ideologia do próprio negócio'". Ainda conforme Luz, o acesso ao mercado de trabalho através de concurso ou processo seletivo ganha maior destaque em Teresina nos anos 1990.

Nos anos 1990, há uma redução significativa na quantidade de oferta de emprego nas esferas federal e estadual, mas cresce a demanda por assistentes sociais na esfera municipal, sobretudo, em Teresina, em função da implementação do processo de descentralização das políticas sociais. Luz (1999) atribui a retração da oferta de empregos na esfera federal ao processo de reestruturação dos serviços, que ocasiona remanejamento dos profissionais para outros órgãos ou impulsionam o processo de aposentadoria proporcional. Ainda no mesmo estudo, a autora constata a extinção de setores de Serviço Social na área privada.

Contudo, Luz (1999) avalia que a estrutura organizacional e ocupacional para o assistente social é fortalecida nos anos 1990, principalmente em Teresina, em função de significativa absorção de profissionais nas diferentes áreas de prestação de serviços. As esferas estadual, municipal e federal, nesta ordem, são consideradas as "maiores concentradoras de postos de trabalho". Na esfera federal, a área de ensino é apontada como a de maior concentração de postos de trabalho. Na instância estadual, ganha relevo a saúde e a assistência social. Na arena municipal, despontam as áreas da saúde; assistência social e criança e adolescência. Assim, cresce nos anos 1990 o número de profissionais no âmbito municipal, privado e filantrópico.

As mudanças no mundo do trabalho e a implementação da política neoliberal pelo governo federal repercutem significativamente na configuração das demandas para a profissão. A diminuição dos investimentos em gastos sociais, a reestruturação de serviços, os novos processos de trabalho que impõem novas técnicas e novas formas de trabalho calcadas no trabalho em equipe interdisciplinar e na flexibilidade funcional exige

um novo tipo de trabalhador: que seja polivalente, com competências múltiplas e que atue mais com o intelecto, intuição, que com a força muscular. Ou seja, a clássica divisão social do trabalho que segmenta trabalho intelectual do trabalho manual, planejamento e execução se rompe.

Neste cenário complexo e diverso, a identidade corporativa tradicional é colocada em suspensão e as atividades clássicas são esvaziadas em seu conteúdo e significado. Emergem, deste processo, várias representações da prática profissional, determinadas pelas políticas macro-estruturais, pelas mudanças no modo capitalista de produção e pelas tensões entre modelos de cidadania que disputam hegemonia.

A profissão é indagada nas suas particularidades construídas e também na estrutura dos serviços assistenciais, cada vez mais terceirizados, processos que repercutirão nas atribuições e processos de trabalho. Há, assim, uma tendência de modificação na base material e organizacional da profissão, ocasionando inclusive uma alteração no tipo de atividade do assistente social, no seu conteúdo e significado.

Neste sentido, a manutenção do lugar social do assistente social no mercado de trabalho dependerá da capacidade de resposta da categoria aos novos desafios. O mercado requer "um profissional propositor, formulador, articulador, gestor, implementador, negociador e equacionador, face aos processos de mudanças na ossatura do Estado e às exigências do mercado" (SERRA, apud LUZ, 1999).

Como qualifica Luz (1999, p. 83) "o espaço da ação profissional está mudando de lugar", exigindo a redefinição das atividades e da identidade profissional. Todavia, as modificações pós-modernas no mundo do trabalho convivem com referências nem um pouco modernas, como o ingresso nos postos de trabalho por indicação político-partidária e pessoal, que dispensam requisitos, tais como competência e boa formação profissional.

Situações como a contratação por tempo determinado, com vínculos precários de trabalho e a terceirização, tornam baixos os salários, vulneráveis as relações de trabalho do assistente social e seus vínculos com os usuários dos serviços, além de colocá-lo em situação desvantajosa no enfrentamento do poder institucional em relação, por exemplo, à violação de direitos humanos.

Outras necessidades e domínios também demandam novas qualificações dos profissionais, tais como: a informática, a atuação em conselhos de políticas públicas, programas de qualidade total, o trabalho em assessoria, o trabalho com doenças ou necessidades especiais: AIDS/portador de deficiência (LUZ, 1999). Segundo Luz (1999 p. 106), as áreas que mais lidam com novas demandas são: a assistência social, a da

criança e adolescente e a área de empresa. A autora destaca ainda a questão do meio ambiente, como demanda que emerge em fins dos anos 1990 e início de 2000.

Neste cenário, são indicadas como habilidades mais esperadas dos assistentes sociais: capacidade para resolução de problemas; alto poder de comunicação; capacidade de trabalho em equipe; postura investigativa; versatilidade; criatividade. No entanto, essas habilidades principais "dizem respeito a aspectos não relacionados, de imediato, a um profissional de Serviço Social, pois redesenham e terminam por respaldar perfis mais amplos vinculados à formação profissional mais geral" (LUZ, 1999, p. 120).

A habilidade de "saber ser" ganha relevância frente ao "saber fazer" (LUZ, 1999) destacando-se os atributos de natureza subjetiva do profissional. O novo tipo de profissional requisitado é o "gerente". Neste sentido, há uma re-funcionalização dos procedimentos operacionais e do conteúdo e significado das atividades desenvolvidas. Assim, a demanda que prepondera no mercado "é por perfis e não por profissão" (LUZ, 1999, p. 136).

4.1.2 As distintas alterações curriculares

Nacionalmente, o Serviço Social, até a presente data, contou com três currículos. Em 13 de março de 1970 (PARECER 248/70) é aprovado pelo Conselho Federal de Ensino o primeiro currículo (GUIMARÃES, 1995). Em 04 de agosto de 1982 (PARECER 412/82 e RESOLUÇÃO 06/82 de 23/09/82), é aprovado o segundo currículo mínimo, que deveria ser implantado em todas as escolas até 1984.

Já sob a vigência de um novo arcabouço jurídico-político, com a Constituição federal de 1988, em 20 de dezembro de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI nº 9.394). Em 03 de abril de 2001 (PARECER 492) e em 13 de dezembro do mesmo ano (PARECER 1.363) são aprovadas as diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social.

No Curso de Serviço Social da UFPI o primeiro currículo foi aprovado no dia 12 de novembro de 1976 e implantado em 1977, tendo vigido até 1984 (GUIMARÃES, 1995). O Currículo pleno foi organizado em disciplinas do ciclo geral de estudos, disciplinas básicas obrigatórias, disciplinas complementares obrigatórias e disciplinas optativas, abrangendo 171 créditos, distribuídos em 2.835 horas. Sobre esse currículo, afirma Silva (2003, p. 39), que

já exista, nesse período, toda uma discussão nacional sobre o modelo de formação profissional tradicional, com críticas sobre esse modelo sendo afirmadas desde o final dos anos 1960 com a reconceitualização,

formalmente a Escola de Serviço Social piauiense não adota uma postura teórica pautada no materialismo histórico ou dialético. E nem mesmo introduz algumas disciplinas em seu currículo pleno, relacionadas a este tema. [...] percebe-se que o primeiro currículo pleno, quando na época é implementado, já se encontra defasado, desatualizado e inadequado diante da realidade e do próprio movimento nacional de revisão do currículo mínimo vigente.

Com base no parecer 412/82 do CFE é aprovada a implantação do segundo currículo pleno (RESOLUÇÃO nº 010/87) no Curso de Serviço Social da UFPI, cinco anos após a aprovação do currículo mínimo de 1982. O Segundo currículo é dividido em duas áreas: a básica e a profissional. A básica envolve o ciclo geral de estudos e o ciclo básico, enquanto a área profissional é distribuída em ciclos complementares, de estágio, optativa e supervisionado, integralizando 222 créditos ou 3.720 horas. Tal currículo, conforme Silva (2003), adota a concepção dialética marxista.

Em 1989, a ABESS/CEDEPSS desenvolve a pesquisa Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro – pós novo currículo – avanços e desafios. Em nível local, em outubro de 1988 o Curso da UFPI inicia um processo de revisão curricular, a partir da dinamização do Seminário Curricular do Curso de Serviço Social.

Com base no Relatório dos Núcleos de Disciplinas sobre Avaliação do Currículo II do Curso de Serviço Social, realiza-se o II Seminário de Revisão Curricular, no período de 28 a 30 de novembro de 1990, com o objetivo de avaliar o Currículo II e definir as diretrizes do processo de revisão curricular, tendo em vista o aprimoramento do supramencionado currículo, que vigora até 1994. Apesar disso, é somente com a resolução nº 059/90 – CEPEX que é aprovada a desativação do currículo I do Curso de Serviço Social da UFPI.

No período de 30 de março a 02 de abril de 1993 realiza-se o “Fórum de Aprovação da Proposta de Alteração do Currículo do Curso de Serviço Social”. Com a Resolução nº 051/94 – CEPEX é aprovada a reestruturação do currículo pleno do Curso de Serviço Social. No ano subsequente, a Resolução nº 099/95-CEPEX aprova mudança de nome, carga horária, número de créditos e ementas da disciplina Estatística I. Assim, em 1995 inicia-se a vigência do currículo III.

No currículo III eliminou-se Matemática, Língua Estrangeira e Português. No lugar desta última, surge a disciplina Lingüística. Essas alterações no currículo III têm a ver com as discussões e mudanças no Ciclo Geral da UFPI [...] levadas a efeito durante o ano de 1993 (GUIMARÃES, 1995).

Ao analisar e comparar os três currículos do Curso de Serviço Social da UFPI, Guimarães (1995) constata que:

- O enfoque do currículo I é voltado para a área da psicologia;

- No currículo II ganham destaque as áreas de sociologia;
- No currículo III ganha relevância a área de Filosofia;
- “Tanto no currículo II quanto no currículo III, disciplinas relativas ao Serviço Social são retiradas do ciclo básico de estudo” (1995, p. 27);
- “Nos currículos II e III o Ciclo Profissional passa a ter uma primazia e um peso significativo na formação profissional dos alunos do curso” (1995, p. 28);
- “As áreas de maior destaque no Ciclo Profissional têm sido, em primeiro lugar, o núcleo de História, Teoria e Metodologia [...]. Em segundo lugar, vem sendo o núcleo das disciplinas de Pesquisa” (1995, p. 29).

Vale lembrar que um dos principais objetivos da revisão curricular, sintetizado no currículo III, era “desamarrar”, “desbloquear o currículo” (GUIMARÃES, 1995), permitindo um fluxo mais rápido do alunado na grade curricular.

Com a aprovação do currículo mínimo, em 08 de novembro de 1996, em assembléia geral extraordinária da ABEPSS, no Rio de Janeiro, inicia-se um novo ciclo na formação profissional, condensado nas diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Por sua vez, este momento coincide com a priorização da capacitação docente em nível de pós-graduação pelo Departamento de Serviço Social do CCHL/UFPI, onde o coletivo é incorporado em cursos de mestrado, através de convênio com a PUC-SP.

Todavia, os trabalhos prosseguem, mesmo com as sobrecargas de trabalho dos docentes, intensificadas com as exigências da condição de alunos da pós-graduação (nível mestrado), da grande maioria. A comissão de implantação das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social da UFPI inicialmente composta pelas professoras Solange Maria Teixeira, Vânia Teresa Moura Reis e Iolanda de Carvalho Fontenele foi modificada em sua composição com a saída da Prof^a Vânia Teresa Moura Reis e o ingresso da Prof^a Maria do Rosário de Fátima e Silva.

A Supramencionada comissão concretizou vários trabalhos visando impulsionar o processo de adequação do Curso de Serviço Social da UFPI às novas diretrizes curriculares:

- Em 08 de fevereiro de 2000 organizou e coordenou a oficina “A LDB e a revisão curricular do Curso de Serviço Social”, documentada no “Relatório da Oficina”;
- Realizou avaliação discente do Curso de Serviço Social, sintetizada no “Relatório de levantamento” de maio de 2001;
- Em janeiro de 2002, a Prof^a Iolanda C. Fontenele promoveu e organizou por

escrito o "Levantamento do Curso de Serviço Social – oferta de disciplinas por turno, retenção de alunos, concludentes, matriculados".

Obedecendo a calendário nacional, a comissão planejou uma oficina local para os dias 19 e 20 de junho de 2001, a qual não aconteceu em função da greve nacional dos docentes das IFES. Em janeiro de 2003, a comissão de implantação das diretrizes curriculares passa a ser integrada pelas professoras Lucia Cristina dos Santos Rosa, Maria do Rosário de Fátima e Silva e a representante discente Liciane Costa Nascimento.

A comissão propôs uma Oficina local sobre revisão curricular para os dias 9 e 10 de janeiro de 2003, visando retomar o material distribuído para a oficina planejada em 2001, que não aconteceu devido às dificuldades orçamentárias da UFPI no início de ano. Após este episódio, a comissão deliberou pela materialização de uma proposta ou arcabouço de projeto pedagógico, com base na produção existente, deixada por outras comissões e pelas dissertações e artigos de docentes do Departamento de Serviço Social.

Assim, a comissão promove dois levantamentos tendo em vista traçar o perfil dos alunos do Curso de Serviço Social e dos docentes, importante aporte na formatação de um projeto pedagógico e de um novo currículo.

Paralelamente, a coordenação do Curso de Serviço Social solicitou no 1º/2003, ao Departamento de Serviço Social, a reorganização dos núcleos, tendo em vista a discussão coletiva do processo de implantação das diretrizes curriculares. Em 2002, uma representante da Comissão representou o Curso no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, promovido pela ABEPSS, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, de 19 a 22 de novembro de 2002, oportunidade em que a implantação das diretrizes curriculares ganhou destaque na programação.

A comissão esteve representada na II Semana de Serviço Social, promovida pelo Centro Acadêmico de Serviço Social, na mesa de discussão intitulada: Aonde nos leva a revisão curricular: desafios e perspectivas, realizada em 04/12/2002. A comissão esteve representada na III Semana de Serviço Social, promovida pelo CASS, na mesa de discussão realizada em 02/12/2003, intitulada: Revisão Curricular, porque paramos?

Assim, em 2002 e 2003 os alunos, através de seus órgãos de representação, foram os protagonistas dos fóruns coletivos, que discutiram as novas diretrizes curriculares no curso de Serviço Social. Durante o ano 2003, a comissão reuniu-se periodicamente, organizando levantamentos e material para elaborar um texto para subsidiar as discussões de um fórum previsto para janeiro de 2004.

A partir de avaliação do colegiado do curso de Serviço Social, em 2002, foi deliberada a não abertura de vagas por transferência e para portadores de diploma de

nível superior, e ampliação de mais 05 vagas na entrada do vestibular a partir de 2003, ficando o curso com uma entrada anual de 45 alunos, desde então. Ainda em 2003, o colegiado do Curso de Serviço Social constituiu uma comissão, composta pela Prof^a Dr^a Simone de Jesus Guimarães e pelo prof. Dr. Francisco de Oliveira Barros Junior (DCS) para traçar um diagnóstico da realidade do Curso de Serviço Social para subsidiar a tomada de decisão sobre as crescentes pressões por aumento de vagas de entrada de alunos no CSS, sobretudo, na modalidade de transferência facultativa e de portadores de curso superior, tendo em vista avaliar o impacto de tal decisão sobre o fluxo dos alunos no curso. Com base no relatório final da comissão, ficou definida a não priorização das modalidades de ingresso acima.

Nos dias 27 e 28 de janeiro de 2004 realizou-se a Oficina local de discussão do processo de implantação das novas diretrizes curriculares no Curso de Serviço Social, tendo por base uma proposta inicial de projeto pedagógico elaborado pela comissão de implantação das diretrizes curriculares. Da oficina saíram duas propostas de grade curricular, que posteriormente foi sintetizada em apenas uma.

4.2 Princípios curriculares

Os **princípios** que fundamentam a formação profissional orientam-se para:

- 1) Flexibilidade de organização dos currículos plenos, manifestada na possibilidade de definição de disciplinas e outros componentes curriculares;
- 2) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que permita a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se depara no cotidiano;
- 3) Adoção de uma teoria social crítica;
- 4) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular;
- 5) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva, como princípios formativos;
- 6) Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos;
- 7) Interdisciplinaridade no trato das questões postas pela realidade, reconstituindo a complexidade dos fenômenos sociais;
- 8) Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- 9) Pluralismo teórico como eixo na construção da direção social da formação profissional;

- 10) A ética como elemento formativo fundante;
- 11) Atrelamento do estágio à supervisão acadêmica e profissional.

Tem-se a considerar, portanto, o caráter imperioso da implantação das diretrizes curriculares para colocar o Curso de Serviço Social em sintonia com os processos gerais dinamizados pelas entidades de classe do Serviço Social. Com ela, várias vantagens são renunciadas, sobretudo, com a flexibilização na estrutura do curso, que passa a comportar atividades diversificadas, permitindo o estabelecimento de formas mais criativas e dinâmicas no processo ensino-aprendizagem.

4.3 Objetivos do Curso

- Formar assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, crítica e plural, de forma a qualificá-los para:
 - Apreender o processo histórico-social como totalidade, reproduzindo o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares;
 - Enfrentar os desafios que se interporão em suas trajetórias profissionais, a partir de uma leitura da complexidade da questão social contemporânea, de forma a identificar no trato interdisciplinar uma via possível de atuação;
 - Apreender o significado social da profissão e as demandas consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, desvelando as possibilidades de ação frente às distintas manifestações da questão social;
 - Desenvolver pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento.

4.4 Perfil do Formando/egresso

As diretrizes e a nova lógica do currículo impõem a necessidade de uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando:

- A priorização de uma leitura crítica do processo histórico, apreendido em sua totalidade;

- A investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que norteiam a constituição da sociedade brasileira, sob o modelo de produção capitalista;
- Apreensão do significado social da profissão nos seus produtos/respostas diante das diversas conjunturas;
- Compreensão das demandas postas ao Serviço Social pela via do mercado de trabalho e das mudanças nas relações público e privado e na gestão das políticas sociais e do Estado brasileiro;
- Fortalecimento do exercício profissional em sintonia com as competências e atribuições estabelecidas na legislação profissional vigente.

A nova lógica curricular tem o trabalho como central na constituição do ser social. Neste horizonte é colocado para o processo de formação profissional o entendimento do processo de trabalho do assistente social no cerne do debate teórico-metodológico que possibilite uma apreensão crítica do ideário profissional:

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABEPSS, 1996).

Assim, o projeto de formação profissional é constituído por um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos em núcleos de fundamentação que se afirmam como eixos articuladores da formação e se desdobram em áreas de conhecimento, as quais são traduzidas pedagogicamente, no conjunto dos componentes curriculares. Desse modo, não se pretende hierarquizar, nem estabelecer uma ordem entre os três núcleos.

4.5 Competências e habilidades esperadas

Fundamentados na Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996) e na Resolução CFESS 273/93, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional, as competências e habilidades requeridas dos egressos do curso de Serviço Social são:

- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos concernentes aos âmbitos de atuação do Serviço Social;
- Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população no sentido de identificar e mobilizar recursos e de fazer uso dos mesmos;

- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas, ONG's e outras entidades;
- Realizar estudos sócio-econômicos para fins de benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas e estudos sócio-econômicos para identificar necessidades sociais que subsidiem a formulação de políticas;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a área de Serviço Social;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Formular e operacionalizar políticas sociais;
- Planejar e organizar pesquisas, investigar, estudar e atuar junto à questão social e suas conseqüências na sociedade, procurando contribuir na análise da realidade social, para subsidiar a atuação profissional e outros processos interventivos e para enriquecer a produção de conhecimento na área de Serviço Social e similares;
- Atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento;
- Formular, implementar e avaliar políticas sociais, bem como formação e gestão de pessoas;
- Assessorar e apoiar os movimentos e grupos sociais populares no exercício, defesa e conquista dos seus direitos.

4.6 Forma de Acesso ao Curso

Conforme informado acima, o curso oferta 50 vagas por ano, sendo 40 para ampla concorrência e 10 reservadas à política de ação afirmativa. O ingresso ao curso ocorre com início das atividades acadêmicas no primeiro semestre de cada ano.

A seleção dos alunos é realizada pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação, que utiliza como critério de avaliação a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

4.7 Conteúdos Curriculares

Vários limites e problemas foram apontados nos processos de avaliação do currículo anterior, seja na rotina didático-pedagógica, seja nas pesquisas de Guimarães (1995) e mesmo durante os eventos coletivos para implantação das diretrizes

curriculares, que requisitam urgente mudança e justificam o processo ora em andamento. Dentre os principais problemas, pode-se enfatizar:

- O significativo tempo despendido com disciplinas que não tratam das questões mais próprias da profissão nos primeiros períodos¹. As disciplinas relacionadas ao Serviço Social só aparecem a partir do 5º período, quando o aluno começa a ter um contato direto com o significado da profissão;
- Repetição de conteúdos entre as disciplinas, o que gera sobreposição;
- A dificuldade de o(a) aluno(a) identificar, a partir do currículo vigente, a estreita relação teoria/método/história na formação profissional, de forma que muitos acabam por alegar não entender o peso “excessivo” dos fundamentos teóricos em contraponto com as necessárias disciplinas que apóiem à prática profissional;
- A dificuldade na formulação de um projeto de pesquisa e na construção do trabalho monográfico de conclusão do curso, em face, sobretudo de: pouco contato estabelecido com a realidade mais geral da profissão (com os possíveis “problemas reais” que possibilitariam gerar “problemas de conhecimento” a serem enfrentados pela via da pesquisa social);
- A importância da área de Política Social para a formação profissional encontra-se subequacionada;
- A rigidez da grade curricular que amarra demasiadamente muitas disciplinas, gerando dificuldades para o aluno concluir no tempo previsto, considerando que, nem sempre as ofertas (dias e horários previstos) se adequam às possibilidades discentes. Esse problema vem gerando um número considerável de alunos retidos que demoram bastante na conclusão dos cursos ou mesmo o abandonam.

Conforme estabelecem as diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, são três os núcleos que fundamentam a formação profissional, a saber:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos a Vida Social:** congrega as atividades encarregadas de explicar o processo de compreensão e apreensão do ser social.
- **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:** aglutina as atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade

¹ Em geral, a crítica recai de forma muito contundente às disciplinas ofertadas por outros departamentos, que, salvo exceções, designam professores que, provavelmente desqualificando o Serviço Social, conferem pouca atenção, zelo profissional e responsabilidade acadêmica a essas disciplinas, gerando insatisfações e prejuízos consideráveis à seqüência normal do fluxo curricular.

brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social.

- **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:** gira em torno das ações que remetem aos processos de profissionalização do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho.

Assim estruturado, este currículo traz mudanças significativas quanto ao modo de organização dos conteúdos, quanto aos fundamentos e pressupostos basilares, com vistas a proporcionar uma sólida formação técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política ao formando em Serviço Social.

4.8 O processo de Ensino-aprendizagem

É o processo pelo qual o aluno apreende as competências necessárias ao exercício profissional. Esse processo deve obedecer uma lógica, que pressupõe definição de atividades, visando a concretude do processo de ensinar.

O processo de ensino-aprendizagem deve ser capaz de desenvolver atividades que instrumentalize o aluno para responder aos novos desafios postos pela nova questão social, que evidencia o redesenho das exigências teórico-políticas e técnico-operativas para o profissional de Serviço Social.

- O papel do aluno

O modo como o currículo de Serviço Social está organizado, já pressupõe um papel importante ao aluno, no que refere à capacidade de ser sujeito do seu processo de formação, mediante uma inserção ativo em todas as dimensões da vida acadêmica proposta no Projeto Pedagógico do Curso.

Portanto, o aluno deve assumir uma postura investigativa sobre a realidade, ter curiosidade, capacidade de trabalhar em grupo, autonomia para escolher as atividades que lhe permitam ampliar e consolidar a construção de um conhecimento crítico.

- O papel do professor

Do ponto de vista epistemológico, um dos principais papéis do professor na promoção do processo ensino-aprendizagem é desafiar os conceitos já aprendidos, com vistas a reconstruí-los de forma mais ampla e de modo mais consistentes.

Nesse processo, o professor deve ser capaz de problematizar a realidade, por meio de recursos a saberes éticos-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos, proporcionando reflexões que fundamentem a compreensão da realidade social na qual o assistente social irá desenvolver seu trabalho.

Considerando a natureza interventiva da profissão de Assistente Social, esses saberes assumem importância significativa uma vez que o aluno é um sujeito social em processo de formação. Portanto, durante o processo de formação, o professor deve recorrer a metodologias de ensino que lhe permita mediar conhecimentos, com vistas a uma formação profissional que atenda aos objetivos previstos no presente currículo.

Por fim, no ambiente da formação profissional, cabe ao professor, também, a luta pela garantia e permanência de uma educação de qualidade, pois sem ela não lhe será possível mediar conhecimento, muito menos construir práticas pedagógicas considerando as diversidades presentes na universidade. Assim, ao planejar as atividades o professor deve considerar o contexto em que os alunos estão inseridos, suas linguagens, em fim, seus modos de vidas e os modos de vida das comunidades nas quais irão intervir.

4.9 Organização do Curso

A organização curricular do curso de Serviço Social da UFPI fundamentar-se-á nos **princípios** definidos pela LDB e Diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC, como segue:

- flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional de defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- estabelecimento das dimensões investigativa, interpretativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;

- indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 03).

O princípio da flexibilidade manifesta-se na diversificação dos elementos curriculares. O currículo proposto é organizado em torno de disciplinas obrigatórias e eletivas – sendo as últimas recomendadas, mas de livre escolha; disciplinas optativas que abordarão questões emergentes no cotidiano interventivo e ou temáticas específicas a serem aprofundadas; oficinas dirigidas para o desenvolvimento de uma postura investigativa; laboratórios para a vivência de técnicas e instrumentos de trabalho e atividades complementares, para incrementar o desenvolvimento político, cultural e científico dos alunos.

O aluno será engajado em atividade de estágio e elaboração e desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso, construído mediante orientação e avaliação de um docente do Departamento de Serviço Social. A atividade de estágio curricular supervisionado e o TCC terão regimentos específicos.

A carga horária mínima prevista na proposta de diretrizes curriculares é de 2700 horas (excetuando o estágio curricular e o TCC) e, no currículo ora proposto, é de **3225** horas, assim distribuídas:

- Disciplinas obrigatórias: indispensáveis - 25 das quais com carga horária de 60 horas-aula (1500 horas) e quatro disciplinas de estágio , com carga horária prática de 225 cada uma (450 horas em campo de estágio) e carga horária teórica de 60 horas cada (120 horas), totalizando 570 horas;
- Laboratório – para a vivência/experimentação de técnicas e instrumentos de trabalho: um, com 60 horas;
- Oficinas – voltadas para o desenvolvimento da atitude investigativa; da pesquisa ou discussão de temas emergentes: duas com carga horária de 60 horas aulas cada, somando 120 horas;
- Atividades complementares – propulsoras do crescimento político, cultural, profissional e acadêmico (monitoria, extensão, eventos científicos, atividades culturais, iniciação científica etc.) correspondendo ao mínimo de 5% da carga horária

do curso.

As disciplinas serão ofertadas, prioritariamente, no turno da tarde. Cada turma terá 50 vagas, a fim de atender à demanda de 50 alunos, que ingressam anualmente, no curso.

Em relação às disciplinas, é importante destacar que algumas serão organizadas em **Seminários Temáticos** que se constituirão em oportunidades de aprofundamento teórico, a partir das grandes matrizes que balizam a atuação do Serviço Social.

As disciplinas são ministradas também, por meio de **oficinas**, como espaços para vivências relacionadas a experiências de geração de emprego e renda; gestão de pessoas; assessoria, consultoria e elaboração de projetos; marketing social; trabalho em equipe interdisciplinar, e outros pertinentes à prática profissional.

4.10 Sistema de Avaliação

A avaliação, como componente do planejamento curricular, é um “organizador qualificado” (LEITE, 2005) e, portanto, é compreendida como um processo sistemático de acompanhamento e análise da implantação das diretrizes curriculares. Ela permite conhecer, de forma contextualizada, todas dimensões do processo, além dos efeitos/ implicações, com vistas a estimular o aprimoramento daquele, tendo por finalidade o autoconhecimento e o levantamento de subsídios para a tomada de decisão (BELLONI, 2000). O autoconhecimento remete ao aperfeiçoamento do nível de informação sobre os processos e resultados consignados, a partir do processo de implantação das diretrizes curriculares.

A avaliação contínua e permanente é, portanto, requisito fundamental para a efetiva realização de um processo de ensino-aprendizagem competente e que atenda aos objetivos traçados. Trata-se de processo que exige atenção focada no cotidiano das atividades pedagógicas (o dia a dia da sala de aula e dos outros espaços onde se darão as atividades de ensino-aprendizagem) e no conjunto das questões que remetem a uma visão mais integrada das distintas práticas (o processo pedagógico como um todo).

4.10.1 Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem dar-se-á, em geral, a partir da observação da participação e do comprometimento dos alunos nas atividades propostas, na leitura e discussão dos textos, na frequência e pontualidade, conforme componente curricular, entre outros.

Os instrumentos nesse processo são, em geral: prova escrita, seminários e trabalhos grupais, produção de relatórios técnicos, de projetos de intervenção ou de pesquisa, de análises institucionais, produção de textos sobre temática proposta, resenhas bibliográficas, fichamentos, entre outros.

Convém destacar a contribuição nos processos de avaliação e acompanhamento de algumas disciplinas, dos alunos-monitores que vem qualificando esse processo e gerando melhor desempenho do conjunto dos alunos nas disciplinas que têm esse monitoramento. É intenção da coordenação do curso estimular os discentes e docentes e a Coordenação que acompanha essas monitorias no âmbito da PREG a fomentar essas iniciativas.

4.10.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O projeto pedagógico ora proposto, como um instrumento de gestão, orientará todo o processo de decisão acadêmica da coordenação do Curso de Serviço Social. Nele estão contidos a filosofia de atuação do curso explicitada nos pressupostos, princípio, competências e habilidades dos profissionais que se pretende formar, além das demandas que se pretende atender.

O levantamento de subsídios para a tomada de decisões aponta para o próprio projeto pedagógico, indicando necessidades de ajustes ou reformulação de algum aspecto, tendo em vista os objetivos a serem alcançados, durante o desenvolvimento do processo de implementação das diretrizes curriculares. Em suma, com o processo de acompanhamento e avaliação objetiva-se:

- Levantar e sistematizar informações para o processo de tomada de decisão quanto ao currículo;
- Aprimorar o processo de implementação, fornecendo bases para o planejamento do processo;
- Verificar se os pressupostos e objetivos em que se baseia o currículo estão sendo atingidos;
- Assegurar a construção de uma perceptiva quanto aos resultados alcançados;

A avaliação será dividida em três momentos:

1º MOMENTO – O **diagnóstico**, que tem os seguintes eixos balizadores:

- o contexto institucional e acadêmico que permite o desenvolvimento da proposta, destacando-se a política educacional da UFPI (explicitada no PDI); o perfil dos alunos e dos docentes e a realidade social e do mercado de trabalho;

- Reação à proposta de mudança, pelo coletivo do Curso de Serviço Social;

2º MOMENTO - O **processo**, que tem por eixo a implementação da proposta, identificada nas estratégias que possibilitem atingir os objetivos pretendidos, municiando a tomada de decisões. Terá como indicadores:

- o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da proposta de projeto pedagógico;

- os possíveis desvios/distorções durante a execução da proposta, que impeçam a chegada na direção apontada;

- o levantamento de indicadores para a correção das distorções ou incorreções no desenvolvimento das ações;

- A identificação dos sucessos, os pontos fortes da proposta.

3º MOMENTO - Avaliação dos **resultados** alcançados, tendo por norteadores os objetivos e pressupostos da formação.

Serão priorizadas as metodologias emancipatórias de avaliação, centradas na participação intensiva dos diferentes atores sociais implicados diretamente na proposta e no processo, sobretudo, alunos, docentes e supervisores de campo. Desse modo, a inclusão, o diálogo e a deliberação coletiva com os sujeitos envolvidos serão uma constante.

A observação, o registro de queixas e impressões de alunos e docentes; o questionário serão as principais técnicas de avaliação. O processo e os resultados consignados serão sistematizados e discutidos semestralmente, em fóruns ou oficina de avaliação, *locus* privilegiado de tomada de decisão/deliberação sobre os rumos da proposta.

Uma comissão permanente acompanhará e avaliará a implantação das diretrizes curriculares, encarregando-se de elaborar um plano de trabalho em que explicitará as estratégias para subsidiar a discussão do coletivo do Departamento de Serviço Social, emitindo pareceres e relatórios periodicamente. A reflexão sobre o papel docente, a discussão geral sobre o Curso de Serviço Social e operacionalização das diretrizes curriculares dar-se-á por meio de fóruns semestrais de alunos, professores e supervisores de campo.

4.11 Matriz Curricular

NOVA PROPOSIÇÃO CURRICULAR				
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ- REQUISITO
1º	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	15	1.0.0	
	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	90	6.0.0	
	ECONOMIA POLÍTICA	90	6.0.0	
	INTROD. AO SERV. SOCIAL	45	3.0.0	
	INT. TÉCNICAS EST. ORGANIZAÇÃO TRABALHO CIENTÍFICO	60	4.0.0	
	FORMAÇÃO SÓCIO-HIST. DO BRASIL	60	4.0.0	
	INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	60	4.0.0	
Créditos totais do semestre		420	28	
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ- REQUISITO
2º	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE E DO PIAUÍ:	60	4.0.0	
	PSICOLOGIA GERAL	90	6.0.0	
	QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	60	4.0.0	
	FUND. HIST. E TEOR. MET. SERV. SOC. I	60	4.0.0	308163 Introdução ao Serviço Social Ou 308100 História do SS I
	INICIAÇÃO À POLÍTICA	60	4.0.0	
	DIREITOS E CIDADANIA	60	4.0.0	
	SEMINÁRIO TEMÁTICO I	30	2.0.0	
	Créditos totais do semestre		420	28
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ- REQUISITO
	OFICINA I - EXPRESSÕES E VIVÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL NO PIAUÍ	30	0.2.0	308165 Questão social no Brasil
	SEMINÁRIO TEMÁTICO II	30	2.0.0	

3º	FUND. HIST. E TEORICO-MET. SERV. SOC. II	60	4.0.0	Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. I Ou 308101 História do SS II
	OFICINA II - VIVÊNCIAS EM PESQUISA E EXTENSÃO	30	0.2.0	
	INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	60	4.0.0	
	ÉTICA GERAL	60	4.0.0	
	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I	60	3.1.0	Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. I Ou 308101 História do SS II
	POLÍTICA SOCIAL I	90	6.0.0	302496 Iniciação à Política ou 302498 Iniciação à política
	Créditos totais do semestre	420	28	
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ- REQUISITO
4º	FUND. HIST. E TEOR. MET. SERV. SOC. III	60	4.0.0	Fundamentos Hist. Teor. II
	PROCESSO DE TRABALHO DO SERV. SOCIAL II	60	3.1.0	Processo de Trabalho SS I e Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. II ou 308101 História do SS II
	OFICINA III: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS EM PROCESSOS DE TRABALHO	30	0.2.0	Processos de Trabalho do S. S. I
	SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	60	3.1.0	302496 Iniciação à Política ou 302498 Iniciação à Política
	SEMINÁRIO TEMÁTICO III	60	4.0.0	
	SEMINÁRIO TEMÁTICO IV	30	2.0.0	
	TÓPICO ESPECIAL I	60	4.0.0	
	POLÍTICA SOCIAL II	60	4.0.0	Política Social I Ou 308128 Política Social I
	Créditos totais do semestre	420	28	

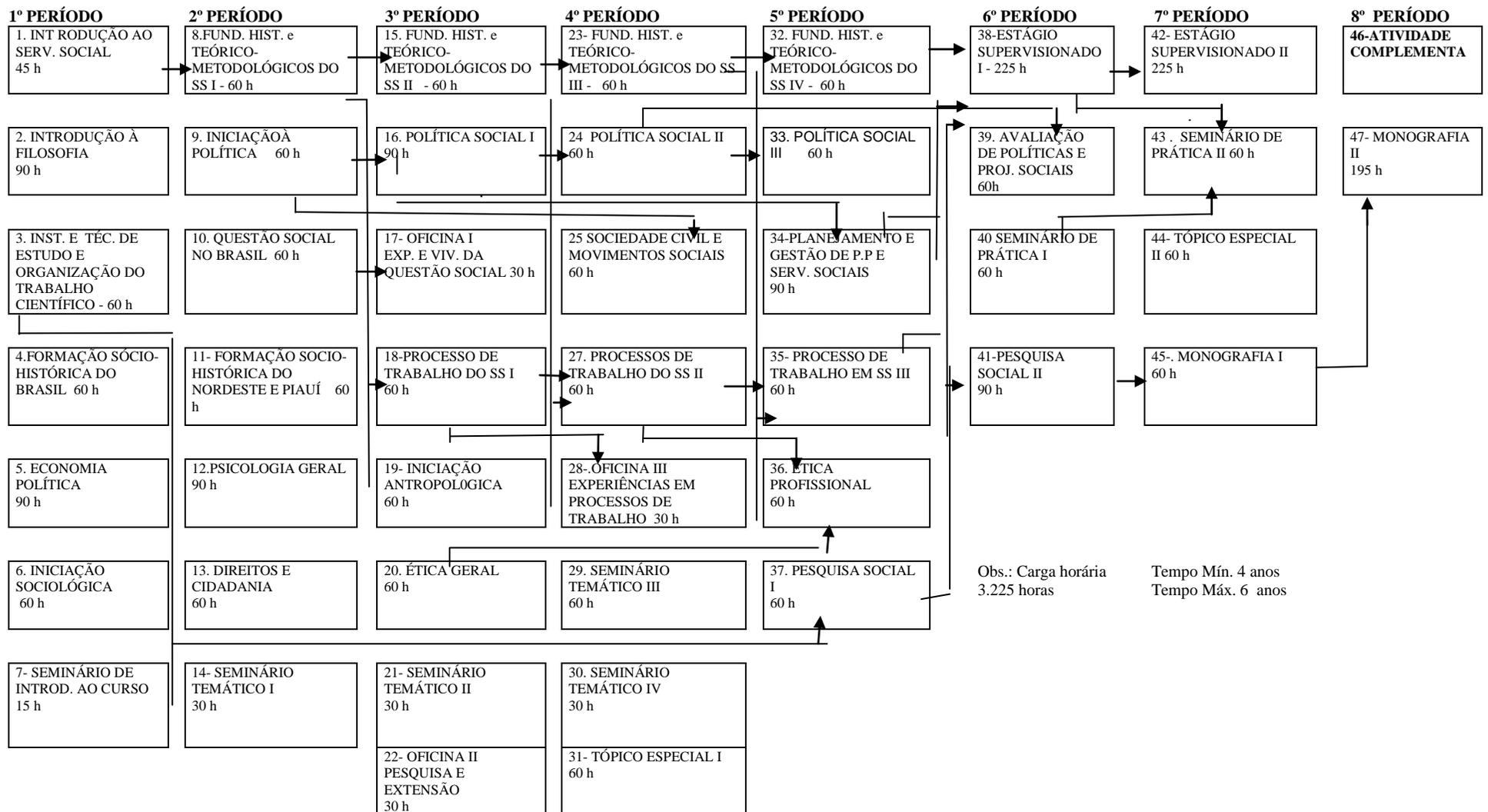
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ- REQUISITO
5º	FUND. HIST. E TEOR. MET. SERV. SOCIAL IV	60	4.0.0	Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. III
	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III	60	3.1.0	Processos de Trabalho do Serviço Social II e Fundamentos Hist. Teor. Mét. S. S. III
	ÉTICA PROFISSIONAL	60	4.0.0	Processos de Trabalho S. S. II e Ética Geral ou 305133 Ética Geral
	POLÍTICA SOCIAL III	60	3.1.0	Política Social II Ou 308129 Política Social II
	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS	90	4.2.0	Política Social I Ou 308128 Política Social I
	PESQUISA SOCIAL I	60	4.0.0	Inst. Tec. Est. Org. Trabalho Científico; Ou 305100 Introdução à Metodologia Científica
	Créditos totais do semestre	390	26	
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ- REQUISITO
6º	PESQUISA SOCIAL II	90	6.0.0	Pesquisa SOCIAL I ou 308145 Pesquisa Social I
	SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	60	0.4.0	Co-requisito Estágio Supervisionado I
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	225	0.0.15	Processos de Trabalho do SS III; Planejamento e Gestão de P. P e Fundam. Hist. e Teor. Met. do S. S. IV
	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS	60	3.1.0	Política Social II Ou 308129 Política Social II
	Créditos totais do semestre	435	29	
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITOS	PRÉ- REQUISITO
	MONOGRAFIA I	60	1.3.0	Pesquisa II Ou 308146 Pesquisa Social II

7º	TÓPICO ESPECIAL II	60	4.0.0	
	EST. SUPERVISIONADO II	225	0.0.15	Estágio Sup. I
	SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	60	0.4.0	Co-requisito Estágio supervisionado II
	Créditos totais do semestre	405	27	
BLOCO	DISCIPLINAS	CH		PRÉ- REQUISITO
8º	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	120	-	Consolidação
	MONOGRAFIA II	195	0.13.0	Monografia I Ou 308147 Pesquisa Social III
	Créditos totais do semestre	315	13	
Totalização dos créditos do curso		3.225	215	

RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópico de Políticas Sociais (cidade, estado e políticas urbanas)	60h	4.0.0
Velhice Políticas Públicas e Relações Intergeracionais	60h	4.0.0
Diversidade de Gênero, Sexo, Classe e Etnia Racial	60h	3.1.0
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	60h	3.1.0
Língua Brasileira de Sinais	60h	2.2.0
Diversidade de Gênero, Sexo, Classe e Etnia Racial	60h	3.1.0

4.12 FLUXOGRAMA DO CURSO



4.13 Disciplinas Optativas

Consistem nas disciplinas de **Tópicos Especiais**, que objetivarão aprofundar temáticas relevantes sob diferentes perspectivas, estimulando o senso crítico e a criatividade do alunado. Versarão, por exemplo, sobre gerontologia social, meio-ambiente, novas demandas do mercado de trabalho para o assistente social, pobreza urbana e rural, a questão social nordestina, entre outros. Nesse sentido, o aluno deve cursar dois Tópicos Especiais diferentes, cada uma com carga horária de 60 horas, somando 120 horas.

Nos semestres em que serão ofertados os Tópicos Especiais, a coordenação ofertará disciplinas com temáticas diferentes, para propiciar aos alunos opção por temáticas relacionadas a seus interesses.

4.14 Equivalência Curricular

No Curso de Serviço Social, a partir da implementação do presente projeto pedagógico, isto é, a partir do 1º semestre de 2007 coexistirá **transitoriamente** dois currículos, o currículo 03 e o currículo 04, da seguinte maneira:

- 1) O Currículo 03 continuará vigindo para os alunos que ingressaram no curso até o 1º semestre de 2006;
- 2) O Currículo 04 vigorará para os alunos que ingressarão no Curso de Serviço Social da UFPI a partir do 1º/2007.

A partir da implantação do Currículo 04 haverá duas modalidades de adesão ao novo currículo: a adesão voluntária e a inclusão automática, esta última considerando a impossibilidade de manutenção de dois currículos em funcionamento por um período superior a 02 anos;

1) os alunos que se manifestarem pela adesão voluntária deverão fazê-lo via assinatura de um termo de adesão no período de 04 a 31 de outubro de 2007, período prorrogável a critério e planejamento da coordenação do curso;

2) serão automaticamente incluídos no currículo novo os alunos que ingressaram no curso até 2006 e que até o segundo período de 2007 não cursaram 40% da carga horária prevista para o curso (no currículo 03). Assim, os alunos que não assinarem termo de adesão, mas se enquadrarem na situação prevista nesse item, serão automaticamente inseridos no currículo novo, buscando-se, obviamente, o devido aproveitamento dos estudos, quando possível.

Os casos não contemplados nas situações acima serão estudados individualmente pela comissão de acompanhamento e avaliação do currículo, formada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

A equivalência de conteúdos entre disciplinas do Currículo 03 e do currículo 04 tem por base o conteúdo das ementas e das cargas horárias, tendo por referência os incisos I e II do Art. 6º da Resolução nº 80/04 – CEPEX, que disciplina o regime de aproveitamento de estudos em cursos de graduação na UFPI. Foram considerados conteúdos disciplinares equivalentes:

1) a disciplina cursada no Currículo 03 que tiver carga horária igual ou superior à disciplina correspondente no currículo 04 e se seu conteúdo for idêntico ou equivalente em pelo menos 75% do programa da disciplina;

2) a disciplina cursada no currículo 03 que tiver carga horária inferior a 15 horas à disciplina correspondente no currículo 04 e seu conteúdo for equivalente em pelo menos 80% do programa da disciplina.

Disciplinas extintas no Currículo 04 e não tendo equivalência de conteúdo ou carga horária com o mesmo, poderão ser utilizadas para fins de integralização curricular.

CURRÍCULO 03		CURRÍCULO 04	
DISCIPLINAS	CH	DISCIPLINAS	CH
FILOSOFIA I	60	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	90
ECONOMIA I	60	ECONOMIA POLÍTICA	90
INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE ESTUDO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO	60
HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	90	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL	60
INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	90	INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	60
PSICOLOGIA GERAL	75	PSICOLOGIA GERAL	90
HISTÓRIA SOCIAL DO PIAUÍ	60	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE E DO PIAUÍ	60
INICIAÇÃO À POLÍTICA	60	INICIAÇÃO À POLÍTICA	60
HISTÓRIA DO S. SOCIAL I	60	INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	45
HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL II	60	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	60
ÉTICA GERAL	60	ÉTICA GERAL	60

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO I	30
INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	90	INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	60
DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL	60	DIREITOS E CIDADANIA	60
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO II	30
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL I	90	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I	60
POLÍTICA SOCIAL I	90	POLÍTICA SOCIAL I	90
MOVIMENTOS SOCIAIS	60	SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	60
ÉTICA PROFISSIONAL	60	ÉTICA PROFISSIONAL	60
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO III	30
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL II	90	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL II	60
POLÍTICA SOCIAL II	90	POLÍTICA SOCIAL II	60
ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	90	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS	90
PESQUISA SOCIAL I	60	PESQUISA SOCIAL I	60
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO IV	30
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL III	75	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III	60
PESQUISA SOCIAL II	60	PESQUISA SOCIAL II	90
PLANEJAMENTO SOCIAL	90	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS	60
OPTATIVA	60	TÓPICO ESPECIAL	60
PESQUISA SOCIAL III	90	MONOGRAFIA I	60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	225	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	225
OPTATIVA	60	TÓPICO ESPECIAL	60
SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	60	SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	225	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	225

TCC	60	MONOGRAFIA II	90
SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	60	SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	60

4.15 Estágio Obrigatório

A experiência da disciplina **Estágio Supervisionado** tem sido rica e complexa no curso de Serviço Social do Piauí, no que tange ao processo de organização e supervisão. Mesmo subordinados à conjuntura de oferta de vaga pelas instituições-campo de estágio, temos realizado um grande esforço para garantir um padrão mínimo de organização para o estágio, de modo a cumprir as diretrizes curriculares, no que toca a esta importante dimensão da formação profissional. A primeira turma de Estágio do Curso de Serviço Social em nossa Universidade Federal do Piauí:

[...] aparece nos idos de 1979, envolvendo as áreas de Assistência Social e Habitação, cujas instituições e campos destacam-se, pela quantidade de estagiários absorvidos, os seguintes: Secretaria do Trabalho e Promoção Social do Estado – STPS, Companhia de Habitação do Piauí – COHAB, Legião Brasileira de Assistência – LBA, Comissão de Assistência ao Estudante da UFPI-CAE (GUIMARÃES 1995, p. 36).

Da mesma fonte de informação, sabe-se que, até 1986, as áreas de política social predominantes como campos de estágio foram: extensão, assistência social, saúde/saúde mental, empresa/trabalho, educação/educação especial, trabalho com populações e habitação. A partir de 1991, sobressaem-se, criança e adolescente, saúde/saúde mental, mulher/gênero e empresa/trabalho. Quanto à natureza das instituições-campo, prevalecem as instituições públicas, com destaque para as de abrangência municipal e estadual, representadas em 65%.

Na avaliação de Guimarães (1995), anualmente, uma média de 25 instituições figuram como campo de estágio até 1986. Nos anos 1990, as áreas que ganharam evidência foram: criança e adolescente; saúde/saúde mental; mulher/gênero e empresa/trabalho.

A avaliação historiográfica aponta que houve um momento de declínio no número de oferta de estágio na área da assistência social, espaço ocupacional tradicional da profissão e que tem ganhado maior densidade teórico-metodológica enquanto política pública. Todavia, a partir do ano 2000, a área da assistência volta a ganhar importância quantitativa na absorção de alunos estagiários.

Evidentemente, em todas as áreas de políticas setoriais, o assistente social é demandado a prestar serviços de natureza assistencial, mas é nas instituições de cunho

assistencial *strictu sensu* que é o agente profissional privilegiado a formular e implementar a política que o identifica.

A área de empresa, pouco expressiva no Estado, haja vista que o parque industrial é restrito e a economia do Piauí é voltada para o setor primário e terciário, também teve diminuição na oferta como campo de estágio, em função dos impactos das reestruturações organizacionais que tenderam a extinguir o setor de Serviço Social, enxugando o quadro de profissionais ou redirecionando o tamanho ou subordinando o setor a outras divisões. Vale lembrar que a maioria das empresas que figuraram como campo de estágio era de natureza pública ou mista: AGESPISA, CEPISA, CORREIOS, TELEPISA.

Observa-se que as instituições-campo de estágio mantiveram-se relativamente as mesmas, desde o início do curso, o que indica uma boa parceria entre UFPI e organizações e sugere um bom desempenho dos estagiários e de suas propostas de intervenção. Por outro lado, a pouca diversificação de campo de estágio aponta para a diminuta abertura para novas demandas ou novas experiências.

Em média, 3 a 4 professores do Departamento de Serviço Social envolvem-se de forma direta, como docente-supervisor, parecendo haver resistência no coletivo a experimentar inovações neste campo.

As poucas experiências inovadoras remetem aos núcleos de pesquisa do CCHL, onde se destacou o NUPEC, que se constituiu como campo de estágio por um tempo mais longo. A área do meio ambiente também teve início como campo de estágio, através da SDU/PMT. Alguns docentes do DSS também já vivenciaram a experiência de acumular a condição de docente supervisor com a de supervisor de campo. Até a presente data, não houve uma avaliação do caráter inovador destas vivências.

Em 2003, figuraram como campo de estágio as seguintes instituições: Projeto Periferia; Casa de Zabelê; 2ª Vara da Infância e Juventude; SASC (Casa Feminina; Liberdade Assistida e Orfanato Maria João de Deus); Hospital Areolino de Abreu; UFPI/PRAEC/CACOM; SEMTCAS; SASC; Hospital Getúlio Vargas; Maternidade Dona Evangelina Rosa; Instituto de Doenças Tropicais Dr. Nathan Portela (antigo HDIC) e Hospital Infantil Lucídio Portela, isto é, 11 (onze) instituições. Apenas a SEMTCAS oferecia estágio curricular remunerado, abrangendo 04 alunos no ano 2003. Em 2006, acrescenta-se ao rol das instituições acima o Hospital do Mocambinho, o PTIA/UFPI, o MPP e o NUPEC.

É interessante notar que as áreas em que as políticas ganharam um arcabouço teórico-metodológico mais sólido e que configuraram como políticas públicas

consolidaram-se como áreas tradicionais de campo de estágio, a saber: criança e adolescente - por ser prioritária constitucionalmente - e saúde - em face da implementação do Sistema Único de Saúde.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Serviço Social é regido pela Resolução nº 047/91-CEPEX e pelo Regimento do Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social, proposto, discutido e aprovado na reunião do Núcleo de Estágio de 19/04/2001 e que, durante o ano 2003, tramitou pelas instâncias superiores da UFPI, CEPEX, sendo aprovado por meio da Resolução nº 050/05, do CEPEX, em 08 de abril de 2005.

Trata-se de uma atividade obrigatória, que tem uma carga horária total de 620 horas, exercidas em dois semestres letivos e em duas formas de ação: o estágio supervisionado e o seminário de prática. Por meio do primeiro, que tem natureza interventiva direta, o aluno tem acesso ao campo de estágio e, a uma disciplina de caráter teórico-reflexivo sobre o campo. Em estágio supervisionado, o aluno insere-se em uma atividade na instituição campo de estágio, durante 16 horas semanais, de 2ª a 5ª feira. Em seminário de prática, os alunos reúnem-se com o docente supervisor, na sexta-feira, de 08 às 12 horas, para analisar teoricamente os aspectos relacionados à política social específica, à qual está vinculado, assim como aos desafios do cotidiano interventivo. Desse modo, cada disciplina de Estágio supervisionado (I e II) totalizam 500 horas e as de Seminário de Prática (I e II) somam 120 horas, dinamizadas em dois semestres letivos.

A gestão do estágio é feita pela Coordenação de Estágio Curricular do curso de Serviço Social que é vinculada à Coordenação do curso do mesmo nome à Coordenação de Estágio Curricular da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Dispõe, essa instância de um coordenador, escolhido entre os docentes que integram o Núcleo de Estágio do Departamento de Serviço Social, referendado pelo Colegiado do Curso, com carga horária semanal de 20 horas e mandato de 2 anos, podendo haver recondução.

As instituições governamentais, não governamentais, os movimentos populares e as empresas privadas poderão constituir-se como campo de estágio, desde que mantenham, de forma permanente, pelo menos um assistente social em seu quadro (conforme Título II, Art. 2º, inciso e, do Código de Ética Profissional do Assistente Social), apto a exercer a função de supervisor de campo e seja aprovado enquanto tal pelo Núcleo de Estágio. Para tanto, é firmando convênio com a UFPI, através da Coordenação de Estágio Curricular da PREG.

As instituições campo de estágio são agrupadas por áreas de política social, com

no mínimo 10 alunos e no máximo 20 cada uma, a cargo de um docente supervisor e dos supervisores de campo, versado/identificado com a temática/questão social correspondente. Tal divisão visa garantir uma racionalidade na abordagem de uma política social, garantindo uma maior coesão entre os alunos e evitando a pulverização do docente entre diferentes áreas.

Compete ao docente supervisor promover o acompanhamento dos alunos nos campos de estágio, de forma indireta, através de visitas periódicas às instituições e através da documentação do estágio: Plano de Estágio; Projeto de Intervenção; Diário de Campo e Relatório Final.

Alguns alunos inserem-se em atividade de estágio extracurricular, que, no geral, tem o atrativo de uma remuneração mensal e o ganho de experiência, mas não dispõe de acompanhamento pedagógico. A Pró-Reitoria de Extensão é que se encarrega de receber a demanda das instituições e, algumas vezes, remete-as para a Coordenação do curso que, eventualmente, é convidada a processar a seleção dos alunos. O principal critério seletivo é o coeficiente de rendimento escolar. Uma outra exigência marcante é o aluno estar cursando a partir do 4º bloco (semestre letivo).

4.16 Atividades complementares

As atividades complementares compreendem um repertório diversificado de atividades que ampliam a concepção de educação, para além das atividades de sala de aula e estágio, indo além dos muros da Universidade e da mera transmissão e recepção de conhecimento, estimulando o aluno a ser sujeito dos processos de produção do saber. Envolve atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos, com apresentação de trabalho.

Após ampla discussão envolvendo discentes e docentes do curso, o Colegiado do Curso aprovou o documento a seguir.

NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Fixa normas para consignação de créditos referentes às atividades complementares, previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (2007), e em atenção ao disposto na Resolução 150/2006 – CEPEX/UFPI.

I DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - As atividades complementares compreendem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que visam estimular a condição de sujeito do/a aluno/a nos processos de produção do saber, que lhes possibilitem o aproveitamento de atividades extracurricular.

II DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º - Podem ser consideradas atividades complementares no Curso de graduação em Serviço Social, as seguintes atividades com seus respectivos critérios de aproveitamentos:

a) Atividades de iniciação à docência: monitoria

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	c.h. máxima
Inserção em Programa de Monitoria da CAAP/PREG.	Um semestre de exercício de monitoria.	60 h	60 h

b) Atividades complementarem de ensino

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Disciplina adicional	Outras disciplinas cursadas nas seguintes condições: - Uma terceira disciplina de Tópico Especial ou similar, na UFPI ou em outra IES pública; - Disciplina cursada no currículo III, não aproveitada no currículo IV.	60 h	60 h
Participação em Programa de Educação Tutorial (PET)	Participação no PET por semestre letivo.	60 h	60 h

c) Participação em núcleos ou grupos de pesquisas

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Participação em Programa de Iniciação Científica (PIBIC)	Participação no Programa de iniciação científica, por semestre letivo.	60 h	60 h
Participação em núcleo e grupos de pesquisas.	Inserção semestral em projetos de pesquisas, sob supervisão de um docente.	60 h	60 h

d) Atividades de extensão

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Cursos, seminários ou similares	Participação em cursos presencial ou à distância, relacionados ao Serviço Social e áreas afins.	15 h	45 h
Participação em Projetos de	Participação em Projetos de Extensão na área de Serviço Social ou afim, sob supervisão de	60 h	60 h

Extensão	um docente.		
Curso de língua estrangeira	Participação formal e regular em curso de língua por semestre letivo.	10 h	20 h
Intercâmbio acadêmico e/ou cultural	Participação em intercâmbio acadêmico e/ou cultural com duração de no mínimo 6 meses.	20 h	40 h

e) Experiências de gestão ou representação em órgãos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Direção institucional e Coordenação de programas e projetos governamentais ou em organizações não governamentais	Inserção como gestor/a ou coordenador/a em programas ou projetos governamentais ou de organizações não governamentais com duração de no mínimo 6 meses.	60 h	60 h
Representação em Conselhos de Direitos, Gestores, Tutelares ou fóruns representativos da sociedade	Mandato em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou fóruns representativos da sociedade por um período mínimo de um ano na condição de membro titular.	60 h	60 h
Participação diretoria de Centro Acadêmico ou Diretório Central dos Estudantes	Mandato em instâncias de organização dos estudantes em nível local, regional ou nacional, como membro titular, por ano de efetivo exercício no cargo.	15 h	30 h
Representação Estudantil em Colegiados ou comissões de trabalhos determinadas pelos órgãos colegiados da UFPI não relacionados a eventos	Um ano de efetivo exercício de atividades como representante estudantil em Colegiado de Curso, Comissões de Currículo, Assembleias Departamentais, Conselhos de Centros, Colegiados Superiores ou outras eventuais comissões designadas pelos colegiados desta IFES.	10 h	20 h
Representação estudantil em organismo ligado a formação profissional (ABEPSS, ENESSO, ALAEITS)	Representação Estudantil em organismo ligado a formação profissional por ano de efetivo exercício, mediante devida comprovação	10 h	20 h

f) Atividades de (co)organização de eventos científicos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
ATIVIDADES DE (CO)ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS			

Eventos científicos como ouvinte	Participação em eventos internacionais, nacionais, regionais ou locais diretamente relacionados ao Serviço Social e áreas afins na condição de ouvinte.	Internacional – 7h Nacional – 5h Local/Regional – 3h	25 h
Eventos científicos de áreas diretamente relacionadas ou afins ao curso de Serviço Social e áreas afins.	Coordenação (ou participante de equipe coordenadora) de eventos científicos (congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, oficinas, jornadas ou semanas acadêmicas) internacionais, nacionais, regionais ou locais, diretamente relacionados ao Serviço Social e áreas afins.	Internacional – 10h Nacional – 7h Local ou Regional – 5h	25 h
Eventos científicos	Coordenação ou relatoria de mesas ou grupos temáticos em eventos científicos.	2 h	6 h

g) Atividades de Bolsa de Trabalho ou Experiências semiprofissionais

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Estágio Extracurricular	Realização de estágio Extracurricular, por um semestre letivo, em áreas relacionadas à prática profissional do Assistente Social.	60 h	60 h
Programa Bolsa Trabalho da UFPI	Participação no Programa Bolsa Trabalho da PRAEC/UFPI por um semestre de atividade de trabalho.	25 h	25 h

h) Apresentação de trabalhos em eventos científicos e trabalhos publicados

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Trabalhos em eventos como autor/a ou coautor/a ou participação em mesas redondas	Apresentação de trabalhos como autor/coautor ou participação em mesas redondas em eventos internacionais, nacionais, locais ou regionais diretamente relacionados ao curso de Serviço Social ou áreas afins.	Internacional – 20h Nacional – 15h Local ou Regional – 10h	40 h
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 40h Nacional – 30h Local ou Regional – 20h	60 h
Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 30h Nacional – 20h Local ou Regional – 10h	40 h
Publicação de resumos em anais	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-	Internacional – 20h	25 h

de eventos como autor/a ou coautor/a	ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 15h Local ou Regional – 10h	
Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço Social e afins.	Internacional – 80h Nacional – 60h Local ou Regional – 40h	80 h
Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Internacional – 40h Nacional – 30h Local ou Regional – 20h	40 h
Publicação de artigo em livro na área de Serviço Social ou afim como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigo publicado em livro organizado na área de Serviço Social ou afim.	50 h	50 h
Publicação de cadernos ou manuais instrutivos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de cadernos, cartilhas ou manuais instrutivos na área de Serviço Social e afins, provenientes de experiências de pesquisa, ensino, extensão, estágios ou ainda produto de participação em projetos governamentais, não-governamentais ou de mandatos em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou similares.	15h	30 h
Publicação de artigos em jornais em geral de assuntos no âmbito de interesse do Serviço Social ou áreas afins	Autoria ou coautoria de artigos em jornais em geral devidamente identificada a autoria e o jornal, versando sobre temas relacionados ao Serviço Social e áreas afins.	10h	10 h

i) Participação em atividades ou produções técnicas científicas artísticas e culturais relacionadas à área do Serviço Social ou afins

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Participação na produção ou elaboração de vídeos relacionados à área do Serviço Social ou afins	Autoria ou coautoria de vídeos educativos na área do Serviço Social ou áreas afins.	20 h	20 h
Realização/organização de exposição relacionados à área do Serviço Social ou afins	Organização ou participação em equipe organizadora de exposição na área do Serviço Social ou áreas afins.	10 h	20 h

Realização/organização de exposições relacionados à área do Serviço Social ou afins	Efetivo exercício da atividade por pelo menos uma vez por semana durante um semestre.	20 h	20 h
Edição ou coedição de publicações relacionadas à área do Serviço Social ou afins	Edição ou coedição de publicação na área do Serviço Social ou afins (livros, periódicos, anais de eventos).	15 h	15 h
Ministrar ou mediar cursos, oficinas ou palestras	Realização de cursos, oficinas, palestras na condição de mediador, ministrante ou facilitador com duração de no mínimo 2h.	2 h	10 h

j) Aprovação ou premiação em concursos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO	C.H. mínima	C.H. máxima
Aprovação em concursos na área de Serviço Social	Aprovação em concursos públicos para fins de vínculo de trabalho no Serviço Social.	30 h	30 h
Premiação em concurso no âmbito da formação profissional em Serviço Social.	Premiação de trabalhos acadêmicos em concurso seja no ensino/pesquisa/extensão, ou ações de projetos provenientes de experiências de estágios na área do Serviço Social e áreas afins.	40 h	40 h

(*) A carga-horária a ser considerada para efeito de consignação é contada em horas/aula.

Art. 3º - Serão passíveis de consignação como atividades complementares somente as que tiverem sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do/a aluno/a solicitante e no âmbito de interesse do curso de Serviço Social ou áreas afins.

Art. 4º - Para fins de consignação de créditos não serão consideradas as atividades em quaisquer modalidades que componham requisitos de avaliação dos componentes curriculares obrigatórios ou optativos da grade curricular do curso, ou seja, atividade realizada como parte constitutiva de uma oficina, de uma disciplina do curso ou ainda de estágio não poderá ser considerada como passível de constituir-se em atividade complementar.

Art. 5º - Para fins de consignação de créditos não poderá ser considerada como complementar, uma atividade que tenha sido realizada no âmbito de outra modalidade para a qual o/a aluno/a demande também consignação de créditos, ou seja, é vedada a duplicidade de aproveitamento de estudos para fins de consignação de créditos em atividades complementares.

Art. 6º - Fica vedada a consignação de créditos de atividades numa única modalidade, sendo exigido, portanto, diversidade nas atividades complementares.

III DO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO QUANTO A CONSIGNAÇÃO DE CARGA-HORÁRIA RELATIVA À ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º - O/A aluno (a) deve requerer junto à Coordenação do Curso de Serviço Social, mediante preenchimento de formulário justificado, a consignação de créditos provenientes de suas atividades complementares, com a devida comprovação da atividade.

Parágrafo Primeiro - O/A aluno (a) deve apresentar, anexo ao requerimento, cópia da documentação comprobatória das atividades realizadas, na forma de declarações/atestados, certificados, relatórios, publicações, históricos e programas de disciplinas ou quaisquer outros documentos necessários, os quais devem estar devidamente assinados e datados pelas autoridades institucionais e administrativas onde foi realizada a atividade (quando for o caso), e com registro do período da atividade e da carga horária cumprida;

Parágrafo Segundo - No ato da entrega das cópias da documentação e do requerimento devem ser apresentados, para apreciação visual do servidor da coordenação do curso, os devidos originais dos comprovantes, para autenticação da fidedignidade das cópias.

Art. 8º - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 9º - O requerimento de consignação de carga-horária de atividades complementares realizadas inicia-se no segundo período de curso prolongando-se até o início do último período letivo do/a aluno/a.

Art. 10º - Caberá a Coordenação do curso a definição de datas para as distintas fases de análise, divulgação dos resultados e eventual apreciação de recursos no Colegiado do Curso de Serviço Social em cada período letivo.

Parágrafo Primeiro - A data para divulgação dos resultados da apreciação das solicitações será definida respeitando-se o prazo de dois meses a partir do início de cada período letivo e após a publicação dos resultados, o/a aluno/a disporá de 15 dias para eventuais recursos contra a decisão da Coordenação do curso junto ao colegiado, este último devendo reunir-se no prazo de um mês da data-limite para a interposição de recursos.

Parágrafo Segundo - A divulgação dos resultados das solicitações deve ser realizada por meio de portaria ou resolução tornada pública em mural da Coordenação do Curso; No primeiro caso, quando resultado da apreciação realizada no âmbito da

Coordenação do Curso, no último caso, quando resultado de apreciação de recurso junto ao Colegiado do curso.

Art. 11º - O/A aluno/a poderá requer a consignação de créditos totais (120 h) ou parcial, conforme lhe aprouver, embora sempre na observância dos dispostos na presente resolução, quanto a evitar a duplicidade no aproveitamento de estudos, a realização de atividades complementares em uma mesma modalidade ou mesmo a busca de aproveitar, como complementares, atividades realizadas no âmbito do fluxo regular do curso, já previsto no currículo.

Art. 12º - A análise dos requerimentos bem como de suas comprovações, devem ser realizadas pela coordenação do curso em absoluta observância aos dispostos na presente resolução e a normatização referente a atividades complementares no âmbito da UFPI, emanada do CEPEX.

Art. 13º - Findo o processo de consignação dos créditos, e quando não houver nenhuma controvérsia quanto ao processo e tendo decorrido um mês da divulgação dos resultados, o/a aluno/a poderá dispor das cópias da documentação encaminhada, para a qual a Coordenação do curso se obriga a guardá-las pelo período de dois meses, a contar da data da divulgação dos resultados, a partir do qual poderá descartá-la como lhe aprouver.

IV DAS POSSIBILIDADES DE RECURSOS CONTRA A DECISÃO EMANADA NO ÂMBITO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 14º - Eventuais recursos contra a decisão da Coordenação do curso deverão ser encaminhados em primeira instância ao Colegiado do Curso de Serviço Social, e, em instância superior, ao CEPEX desta IFES.

V DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 15º - São atribuições da Coordenação do Curso:

- a) Divulgar junto aos alunos/as as normas e procedimentos para realização das atividades complementares, sua natureza e objetivos;
- b) Apreciar os requerimentos de consignação de créditos das atividades complementares, de acordo com presente resolução, bem como analisar a documentação apresentada;
- c) Divulgar através de portaria, os resultados das análises dos processos de aproveitamento das atividades complementares para fins de consignação de créditos respeitando as diretrizes quanto aos prazos estabelecidos na presente normalização;

- d) Solicitar junto à DAA a consignação dos créditos ou lançar diretamente no Sistema Acadêmico essas informações ao final do processo de cada período letivo;
- e) Manter banco de informações sobre os/as alunos/as, por turma/ano, referentes às atividades complementares já consignadas, com respectiva carga horária;
- f) Presidir o processo de implementação e acompanhamento das atividades complementares no âmbito do curso de Serviço Social.

VI DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DISCENTES

Art. 16º - Cabe ao/a aluno/a encaminhar requerimento à Coordenação do Curso de Serviço Social com a devida comprovação das atividades elencadas como complementares, para fins de consignação e integralização curricular até o início do último período letivo do curso;

Parágrafo Primeiro - O/A aluno/a, eventual formando/a que não encaminhar no período devido seu requerimento à Coordenação ou que seu processo não obtenha êxito com a consignação dos créditos necessários à integralização curricular, aguardará até a regularização desse impedimento para a conclusão de suas atividades como discente desta IFES.

Parágrafo Segundo - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 17º - O/A aluno/a é responsável por quaisquer informações que preste quando da solicitação ou eventual recurso de decisão emanada da Coordenação, podendo vir a ser alvo de sanções em casos de adulterações de comprovantes ou declarações falsas, para as quais a Instituição encaminhará os eventuais casos para as providências cabíveis.

VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - O eventual descumprimento das obrigações concernentes as atividades complementares ou mesmo o desrespeito aos prazos e diretrizes estabelecidas na presente resolução implicam em pendências impeditivas da integralização curricular.

Art. 19º - Fica eleito o Colegiado do Curso de Serviço Social como fórum para dirimir toda e qualquer dúvida não prevista na presente norma.

Art. 20º - A presente Resolução entrará em vigor a partir de sua aprovação nos colegiados competentes, revogando-se as disposições em contrário.

4.17 O Trabalho de Conclusão de Curso

No Curso de Serviço Social da UFPI, em obediência à Lei 1.889, de 13 de junho de 1953, que regulamenta o ensino da profissão de Serviço Social no Brasil, o TCC é uma atividade obrigatória, não computada na carga horária mínima do Curso.

Inicialmente, o TCC constituía uma atividade vinculada à experiência de estágio, configurando uma sistematização desta vivência. Era confeccionado de forma individual e sua construção era acompanhada pelo supervisor de campo (profissional vinculado à instituição campo de estágio). O produto final era avaliado por uma banca examinadora composta pelo supervisor de campo, pelo professor responsável pela orientação ao aluno e um convidado (de dentro ou fora da UFPI), ligado ao tema. Não havia argüição.

A autoria individual dos trabalhos predomina até 1983 (GUIMARÃES, 1995 p. 43). A partir de 1984, a “experiência grupal ganha destaque e em 1989 os TCC’s com autoria de 03 pessoas passam a ser as principais referências”.

A partir do currículo II, de 1987, o TCC transforma-se em uma disciplina de 60 horas, situada no 8º e último período da grade curricular. O seu produto final é uma monografia, que aborda temas voltados para o processo de produção do conhecimento relacionados “a questão social e desafios postos ao Serviço Social” (GUIMARÃES, 1995), vinculados ou não à experiência do Estágio, eliminando-se a exigência de apresentação em banca examinadora. Em 1993, com a aprovação da regulamentação do TCC no Curso de Serviço Social, a exigência de sua produção torna-se, preferencialmente individual, admitindo-se, no máximo, 02 alunos como co-autores.

O processo de acompanhamento e avaliação torna-se um encargo do docente do Departamento de Serviço Social. O desenvolvimento do TCC é precedido de um PROJETO MONOGRÁFICO, iniciado na disciplina Pesquisa Social II e dinamizado enquanto PROJETO (fase exploratória da pesquisa) na disciplina Pesquisa Social III. Com o projeto pronto e aprovado em Pesquisa III, o aluno passa a ser orientado por um docente, que o avalia com base em 03 aspectos:

- Nível de familiaridade com o estudo e a problematização;
- Desenvolvimento do tema;
- Produto final apresentado.

Dessa maneira, há duas avaliações relacionadas ao processo de construção do TCC e uma que remete ao produto final consignado pelo aluno. Como disciplina, o TCC:

- Tem um programa, elaborado pelo orientador e discutido com o orientando;

- Vincula-se ao Núcleo de Pesquisa Social do DSS;
- Constitui turmas, a partir de campos temáticos;
- Conta com até 02 trabalhos por turma, ou seja, cada TCC orientado equivale a uma carga-horária de 30h registradas como trabalho de orientação do professor, embora para o aluno, a carga-horária seja de 60h.

Em 1999, uma portaria do Departamento de Serviço Social recomenda que o número de páginas não seja inferior a 40, não definindo, no entanto, um número máximo. Em relação às preferências temáticas, uma análise promovida por Guimarães (1995, p. 44) acerca dos TCC's, indica que

[...] a questão da criança e do adolescente tem 14% das preferências. Em segundo lugar aparece o tema saúde com 10,7% e [...] a questão da mulher com 9,8%. Nos TCC's em que o Serviço Social ganha proeminência na relação com a temática, destaca-se em primeiro lugar, o tema Deficiência Física e Mental com 15,9%. Em segundo lugar, vem o tema Empresa, com 12,2% das intenções e, em terceiro, as questões relativas à Saúde e Teoria em Serviço Social com 11% cada uma das preferências. Um outro dado importante é que as temáticas mais gerais, sem vinculações maiores com o Serviço Social, têm-se constituído em principais preocupações dos alunos. Assim, 60% dos TCC's pesquisados referem-se a essas questões contra 40% daquelas mais específicas ao Serviço Social.

Segundo ainda Guimarães, (1995, p. 45) "três temas ganham destaque: Saúde, representando 10,8%; Deficiência Física e Mental e Criança e Adolescente 8,8% cada um; Organização de Comunidade/DC 7,4% das preferências". Isto é, "os temas vinculados às Políticas Sociais são destacados, com 45% das escolhas".

Em levantamento compreendendo os anos entre 1999 e 2002, identificou-se que o tema da saúde mantém seu predomínio, abrangendo de 30 a 41% das monografias apresentadas. Em seguida, desponta a área da criança e do adolescente representando entre 23 a 41% do montante e em terceiro lugar aparece as áreas da família (com 11%), assistência e gênero (ambas com 10). A monografia de autoria individual sobressai, com um percentual entre 69 e 72%. A correlação direta entre o tema e o campo de estágio predomina em 31 a 34% das monografias entregues.

4.18 Ementário e Bibliografia básica e complementar das disciplinas do Curso

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

EMENTA: Currículo do Curso de Graduação em Serviço Social. Instâncias da unidade gestora e suas competências.

CARGA HORÁRIA: 15 horas / **CRÉDITOS:** 1.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL-UFPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Teresina: 2006. *mimeo*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI. **Regimento Geral**. Teresina: EDUFPI, 2000.

_____. **Resolução nº 136/98**. Normatiza os trancamentos de matrícula no curso e de disciplinas. Teresina: 1998a. *mimeo*.

_____. **Resolução nº 126/98**. Normas de matrícula curricular nos cursos de graduação. Teresina: 1998b. *mimeo*.

_____. **Resolução nº 043/95** – Verificação do Rendimento Escolar nos Cursos de Graduação da UFPI. Teresina: 1995. *mimeo*.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei nº 6.202/75**. Regulamenta a situação acadêmica da aluna em estado de gestação. Brasília: 1975. *mimeo*.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

EMENTA: o ser no mundo: visão metafísica clássica; visão analítica existencial. A sociabilidade humana como problema filosófico. Idealismo e materialismo. Correntes filosóficas contemporâneas.

CARGA HORÁRIA: 90h / **CRÉDITOS:** 6.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção Ditos e escritos. Forense, 2000.

GILLES, Thomas Ranson. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: EPU,

HESSEN, Jonhannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAPÍASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. R.J.: Fco Alves, 1978.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 230p.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001. 440p.

CORBISIER, Roland. **Introdução à filosofia**. 2. ed. R.J.: Civilização Brasileira, 1986. Tomo. 243p.

LARA, Tiago Adão. **Caminho da Razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 175 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos, PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 271 p.

DISCIPLINA: INICIAÇÃO SOCIOLOGICA

EMENTA: A emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social. As matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo.

CARGA HORÁRIA: 60H. **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGER, P.; LUCKMANN, T.. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1985

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. S. Paulo: Brasiliense, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MANHEIM, Karl. **Sociologia sistemática**. S.P.: Biblioteca Pioneira em C. Sociais, 1962.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA FILHO, Alípio. **Medos, mitos e castigos**. São Paulo: Cortez, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HUBERMAN, Leo. Revolução – na indústria, agricultura, transporte. In: **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 171-174

MAFFESOLI, Michel. O tribalismo. In: **O tempo das tribos**. R.J.: Forense, 2000.

RIBEIRO, Darcy. Moinhos de gastar gente. In: **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 106-40.

SOUSA FILHO, Alípio de. Mito e castigo: a cultura do medo, a cultura da dominação. In: **Medos, mitos e castigos**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 11-90.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

EMENTA: Origem, significado e configurações principais do Serviço Social na Europa, Estados Unidos e América Latina. Caracterização geral e introdutória da profissão e do mercado de trabalho no mundo atual. As formas de organização da profissão e do profissional de Serviço social.

CARGA HORÁRIA: 45 horas **CRÉDITOS:** 3.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABEPSS. Revista **Temporalis**. Porto Alegre, ABEPSS, 2003, n.7.

ANDER-EGG, E. **Introdução ao trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 4ª Ed. S. P.: Cortez, 1993.

GUIMARÃES, S. DE J. **Perfil do assistente social de Teresina: mercado de trabalho e práticas profissionais**. UFPI, Teresina, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992

VERDÈS-LEROUX. **Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. São Paulo, Cortez, 1986.

WALDEREZ, Miguel. **O Serviço Social e a promoção do homem**. S. P.: Cortez, 1980.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

PALMA, D. **A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social**. S. P.: Cortez, 1986.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. B. Horizonte, Interlivros, 1976.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1991

VIEIRA, Balbina O.. **Serviço Social: processos e técnicas**. 4.ed. Rio: Agir, 1978.

DISCIPLINA: FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

EMENTA: Constituição histórica dos direitos e da cidadania no Brasil. O Estado novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo. A modernização conservadora no pós-64. Transição democrática e neoliberalismo

CARGA HORARIA: 60 horas / **CREDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. Ática: São Paulo, 1991.

BORGES, Vavy P.. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992

CARVALHO, José Murilo. **A construção da cidadania no Brasil**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

FERREIRA NETO, Edgar L.. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989

LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990

MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio à Castelo** (1930-1964). R.J.: Paz e Terra, 1991.
_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo** (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. S.P.; Brasiliense, 1994.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1989.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista brasileira de História**. V. 11, nº24. São Paulo ANPUH/Marco Zero 1994.

FERREIRA NETO, Edgar Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. S. P.: Contexto, 1989.

FERREIRA, Jorge Luiz. José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa. **Revista brasileira de História**. São Paulo. ANPUH/Marco zero v.11, nº 22, marc.91/Ago.91.pp.175-182.

FERREIRA, Mary (Org.) **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: REDOR, 1999.

DISCIPLINA: INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE ESTUDO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA: Natureza e configurações teóricas gerais sobre o trabalho científico. Formas de trabalho científico. Instrumentos e técnicas relacionadas ao trabalho científico. Normas técnicas de elaboração do trabalho científico.

CARGA HORÁRIA: 60h. **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Atlas, 2001.

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2.ed. S. P.: Pearson Educacion do Brasil, 2000.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia científica**. Atlas: São Paulo, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. S. P.: Atlas, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. Atlas: São Paulo, 1992.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo, Atlas, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2005.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BARNES, Rob. **Seja um ótimo aluno: guia prático para um estudo universitário eficiente**. Tradução de Luzia Araújo e Thelma M. Nóbrega. Campinas, SP: Papirus, 1995.

DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FEITOSA, Vera Cristina. **Redação de textos científicos**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

LUCKESI, Cipriano e outros. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 6. ed.: São Paulo: Cortez, 1991.

PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. - 2. éd. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Rêspel, 2003.

DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA: A constituição da Economia Política como campo científico. O Liberalismo. O Keynesianismo, o Neoliberalismo e a crítica marxista da economia política. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional. Produto. IDH, Distribuição de renda. Política fiscal. Orçamento público. Noções básicas de economia internacional. Exportação e importação. Taxa de câmbio. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

CARGA HORÁRIA: 90 horas **CRÉDITOS:** 6.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, Carlos Roberto V. **História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1988

BASTOS, Vânia Lomônaco. **Para entender a economia capitalista**. Brasília: Forense Universitária. Rio de Janeiro – RJ, 1991.

BOYES, William & MELVIN, Michel. **Introdução à Economia**. São Paulo. Ática, 2006

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: LCT, 1986

MARX, Karl. **O Capital: uma crítica da economia política**. DIFEL, 1987

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2002

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1994

_____. **Curso de Introdução à Economia Política**. Forense Universitária, 1991.

CARDOSO, Eliana. **Economia brasileira ao alcance de todos**. S. P.: Brasiliense, 1985

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOWBOR, Ladislau. **O que capital**. 2 ed. São Paulo. Brasiliense, 1982.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo. Cortez, 2006.

NIKITIN, P. **Fundamentos de Economia Política**. R. J.: Civilização Brasileira, 1967.

OSER, Jacob & BLANCFIELD, William C. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo. Atlas, 1987.

SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. **Uma Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.

DISCIPLINA: INICIAÇÃO À POLÍTICA

EMENTA: Os sentidos da política. Administração de interesses. Ocupação do espaço público. Campo de práticas emancipatórias. A política na contemporaneidade. A emergência do tipo moderno de Estado e suas variações. As ações do Estado. As instituições políticas.

CARGA HORÁRIA: 60h. **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política, a filosofia e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CERRONI, Umberto. **Política: Métodos, teorias e processos**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DURVERGER, Maurice. **Ciência Política: Teoria e método**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

LAMOUNIER, BOLIVA. **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Cadernos da Unb, 1982.

LEO MAAR, Wolfgang. **O que é Política**. Coleção primeiros passos. 54 ed. brasileira- 1984;

LÖWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1992.

ROSENFELD, Denis. **O que é Democracia**. Brasiliense, Coleção primeiros passos, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JAGUARIBE, Helio (Org.). O sistema Público brasileiro. IN: **Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira**. RJ: Paz e terra, 1992.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistema eleitoral e reforma política. **R. J.: Foglio Ed, 1993**.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DISCIPLINA: INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA

EMENTA: Cultura, etnocentrismo e relativismo. A relação entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

CARGA HORÁRIA: 60 horas. **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BARREMAN, Gerald. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto. 2008. Cap. Metodologia.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. R. J.: Jorge Zahar, 1980.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LE BRETON, David. O corpo acessório. In.: **Adeus ao Corpo: Antropologia e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia social. Petrópolis: Vozes. 2000. (Parte 1, cap. 3.)

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. Rio de Janeiro: Martins Fontes e Editorial Presença. 1975.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: **Sociologia e Antropologia**. S. P.: Cosac Naif, 2003.

SABINO, Cesar; LUZ, Madel T. Tatuagem, gênero e a lógica da diferença. In.: **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2006.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA GERAL

EMENTA: As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social

CARGA HORÁRIA: 90 horas / **CRÉDITOS** 6.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL Angela. **Psicologia do Desenvolvimento**. Vozes/RJ/1983.

BOCK, A. M. B. GONÇALVES, MG; FURTADO. O (Org.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAGHIROLI, E. M. et al. **Psicologia geral**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia Social Comunitária**. Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2002.

DAVIDOFF, L. L.. **Introdução à psicologia geral**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, N.M. F; BRUSCHI, M.E. (Org.) **Psicologia Social nos estudos culturais**: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideológicas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da gênese e institucionalização da profissão – anos 30 e 40 – destacando: grupos pioneiros da profissão, as primeiras escolas e seus processos de formação, as influências da Igreja Católica e do Tomismo, campos de ação e prática profissional, vínculos e relações com as primeiras instituições Assistenciais e de Serviço Social.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1985.
- CASTRO, Manuel Manrique. **O Serviço Social na América Latina**. Cortez, 1993.
- IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.
- LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1982.
- NETTO, J. P. O Movimento de Reconceitualização 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, n.84, São Paulo. Cortez, 2005.
- YASBEK, M. C. **Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. 2009 (mimeo).
- SETÚBAL, A. **Serviço Social no Piauí**. Serviço Social e Sociedade, n. 06, 1985.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**. Rio de Janeiro, Agir, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARDOSO, F. G. et al. Questão Social: fenômeno vinculado à histórica luta de classe e determinante básico do Serviço Social. **Ser Social**, n.6, UNB, 2000.
- FERNANDES, F. **Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1980, p.203-221.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DISCIPLINA: QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

EMENTA: Emergência, significados, desenvolvimento de configuração da questão social no Brasil, destacando as dimensões gerais da questão social na contemporaneidade.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CREDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOGUS, Lúcia (org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio, Civilização Brasileira, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.
- ROSAVALLON. Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Tetônio Vilela, 1998.
- SILVA, Ivone Maria F. da. **Questão social e Serviço Social no Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2008.

TELLES, Vera. **Questão social**: afinal do que se trata: Perspectiva. S. P.: SEADE, n. 4, 1996.

WANDERLEY, Luís Eduardo. As particularidades da questão social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 76, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEHRING, Elaine R; SANTOS, Silvana, M.M. dos. Questão social e direitos. p. 267- 283. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

CARDOSO, Franci Gomes et al. Questão social. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

PEREIRA, Potyara. A questão social e as transformações das políticas sociais. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

SERRA, Rose Mary. A questão social hoje. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (Org.) **Desigualdade e a questão social**. 2. Ed. São Paulo: EDUC, 2000.

DISCIPLINA: FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE

EMENTA: A formação sócio-histórica do Nordeste, com ênfase no Piauí. A configuração das questões agrárias e urbanas nordestinas. As novas configurações dos segmentos sociais e do poder político no nordeste, pós 70. As intervenções do Estado Brasileiro na região. Globalização e suas repercussões nas políticas regionais.

CARGA HORÁRIA: 60horas / **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.

ARAÚJO, Mafalda M. B. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma região**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

QUEIROZ, Teresinha. **História, literatura, sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

SANTANA, R. N. Monteiro. **Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas**. Teresina: Fundapi/Halley, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **1964 e o nordeste; golpe, revolução ou contra-revolução?** São Paulo: Contexto, 1989.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Tecnoprint: São Paulo, 1902.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 34 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

FERREIRA, Jorge Luiz. José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa. **Revista brasileira de História**. São Paulo. ANPUH/Marco zero v.11, nº 22, mar.91/Ago.91. pp.175-182.

OLIVEIRA, Hermínio B. **Formação histórica da religiosidade popular no nordeste**. Paulinas: São Paulo.

DISCIPLINA: DIREITOS E CIDADANIA

EMENTA: Direitos individuais e direitos coletivos. A construção das instituições de direito no Brasil e das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A Constituição federal e os direitos sociais. Os mecanismos jurídicos de garantia de direitos coletivos. Direitos difusos.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CREDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

COTRIM, Gilberto Vieira. **Direito e Legislação ao direito**. 20 ed. Saraiva. SP. 1997

DOWER, Nelson Godóy Bassil. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo. Atlas. 1997.

FERREIRA FILHO, Manoel G. **Curso de Direito Constitucional**. Saraiva. SP. 1988.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Forense. RJ. 1987.

GUSMÃO, Paulo Dourado. **Introdução ao Estudo do Direito**. 21 ed. Forense. RJ. 1997.

O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. Volume 17. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. Saraiva. São Paulo. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. S. P.: Saraiva, 1998.

CRUZ, Alexandre C. **Direito e legislação previdenciária: custeio e benefícios**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LIMA, Francisco Meton Marques. **Manual sintético de direito do trabalho**.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro e outro. **Instituições de Direito Público e Privado**. Introdução ao estudo do Direito e noções de ética profissional. 21 ed. Atlas. São Paulo.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO TEMÁTICO I

EMENTA: O Positivismo, destacando autores clássicos como: Comte, Durkheim e outros.

CARGA HORÁRIA: 30 horas / **CRÉDITOS:** 2.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARANTES, P. E. O positivismo no Brasil. **Novos Estudos Cebrap** (21), jul. 1988, p 185-194.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 69-128.
- COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Edusp, 1976.
- DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- _____. **Lições de Sociologia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- _____. **A ciência social e a ação**. São Paulo: Difel. 1975.
- LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- RIBEIRO, João. **O que é Positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- WEBER, Max. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. Lisboa, Presença, 1979.
- _____. **Economia e sociedade**. Brasília, EDUNB, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CHURCHMAN, C. West. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis. Vozes, 1972.
- COHEN, Percy. **Teoria Social Moderna**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- DAHRENDORF, Ralf. **Sociedade e Liberdade**. Brasília. Edunb. 1981.
- FERNANDES, Heloísa. Um século à espera de regras. In: **Tempo Social**. S. P.: Edusp, 1996.
- MORAES FILHO, Evaristo. **Comte**. S. P.: Ática, 1983 (coleção Grandes cientistas sociais).
- POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO TEMÁTICO II

EMENTA: Estudo do marxismo: origens, idéias e categorias centrais; método; vertentes e principais autores.

CARGA HORÁRIA: 30 horas / **CRÉDITOS:** 2.0.0

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

- EVANGELISTA, J. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. S. P.: Cortez, 1992.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. R. J.: Civilização Brasileira, 1991^a.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.
- HOBBSAWM, E. **História e marxismo**. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IANNI, O. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- KONDER, L. **Marx: vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- KAREL, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÊNIN, I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, 1980.

LUKÀCS, G. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril cultural, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, K; ENGELS. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K. **O Capital**. Vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões de nossa época).

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de o Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

DISCIPLINA: OFICINA I

EMENTA: expressões e vivências da questão social no Piauí

CARGA HORARIA: 30 horas / **CRÉDITOS:** 0.2.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUIMARÃES, Simone de J. O Serviço Social na contemporaneidade: Enfrentando as desigualdades, injustiças e as várias formas de Expressão da Questão Social In: **Serviço Social e Contemporaneidade**: Revista do Departamento de Serviço Social. UFPI. V.2, nº03, Teresina, EDUFPI, 2005.

GROSSI, R. Zampoli. L e Kaminski, C. **Aspectos psicológicos em crianças institucionalizadas vítimas da violência doméstica**. Iniciação Científica CESUMAR. jan-jun. 2004, Vol. 06 n.01, pp. 37-44.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão Social” em debate**. São Paulo: Cortez editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: Dagnino, Evelina. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DISCIPLINA: OFICINA II: Vivência em Pesquisa e Extensão

EMENTA: Questões de pesquisa e extensão

CARGA HORÁRIA: 30 horas / **CRÉDITOS:** 0.2.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 18ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

BRUSCHINI. C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. de A. (orgs.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

HITZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Revista Pensando Famílias**, n.03, DOMUS, 2001.

GIANFALDONI, M. H. T. A. **O processo de pesquisa**: iniciação. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ªed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo da moral dos pobres. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEAL, C. M. **Relatório de pesquisa**, 2012.

TEIXEIRA, S. M. Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família. **Ser Social**, v.12, n.27, 2010.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Brasília, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, M. A. F. da.; COSTA, M. de F. B. da. **Projeto de pesquisa**: entenda e faça. Rio de Janeiro:Vozes, 2011.

BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social**. Lisboa-São Paulo: Cihts-Veras, 2001.

DISCIPLINA: ÉTICA GERAL

EMENTA: A questão da Ética, da Moral e de suas relações com a filosofia. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões na sociedade.

CARGA HORÁRIA: 60horas **CRÉDITOS**: 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**. Brasília: Letraviva, 2000.

CORTINA, A., Martinez, E. **Ética**. São Paulo: 2005.

FRANKENA, W. K. **Ética**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

KONDER COMPARATO, F. **Ética**. São Paulo: Cia das Letras, 2006

KUNG, H. **Projeto de uma ética mundial**. São Paulo: Paulinas, 1998.

NOVAES, Adauto (org). **Ética**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

OLIVEIRA, M. **Ética e práxis histórica**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, M. A. **Correntes fundamentais da Ética Contemporânea**. Petrópolis 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, M. A. de. **Ética e Práxis Histórica**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. Trad. Constança César. São Paulo: Paulus, 1999.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A., **Ética**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: 2002.

SUNG, M. J; SILVA, J. C. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VAZ, H.C.L. Escritos de Filosofia IV: **Introdução à Ética Filosófica I**. S. P.: Loyola, 2002.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideopolíticas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período desenvolvimentista, destacando: a expansão da profissão; o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo, o Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social de Comunidade, o Movimento de Reconceituação, Araxá, teresópolis e os processos de renovação do Serviço Social sob influências do movimento de reconceituação e da autocracia burguesa

CARGA HORÁRIA: 60horas. **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. S.P.: Cortez: 1984.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio: Civilização Brasileira, 1982.

COMTE, Auguste. **Comte**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

DOCUMENTO DE ARAXÁ. Rio de Janeiro, CBCISS, 1965.

DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS. Rio de Janeiro, CBCISS, 1978.

HAMILTON, Gordon. **Teoria e prática do Serviço Social de Caso**. R.J.: Agir, 1979.

HOBBSAWM. Eric. **História do marxismo**. Vol. I. Rio, Paz e Terra – U.II

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis, Vozes, 1985 – U.II.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de Reconceituação do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, 4. São Paulo: Cortez, 1980.

KISNERMANN, Natálio. **Serviço Social de Grupo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PALMA, Diego. **La reconceptualizacion**. Buenos Aires: ECRO,1977

RICHMOND, Mary. **O que é Serviço social de casos**. R.J.: CBCISS, 1974.

ALMEIDA, Ana Augusta de. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. R. J.: Francisco Alves, 1978.

BORBA, Maria Auxiliadora Bezerra. **Valores do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1983.

CAPALBO, Creusa. **Metodologia das Ciências Sociais**. Rio: Antares, 1979 – U.II

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio de autodeterminação no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1981 – U.II.

NETO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Compreender o exercício profissional como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista em geral e no Brasil. Mundo do trabalho: configurações gerais, modificações no tempo, especificidades e relações no âmbito do trabalho do assistente social enquanto categoria profissional.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. pp 29-34;135-145; 101-118.

_____. **Adeus ao trabalho?** São Paulo, Cortez, 2002.

ABEPSS. Revista **Temporalis**. (6). ABEPSS. Brasília: 2002, n. 6.

CÉSAR, Maria de Jesus. A experiência do Serviço Social nas empresas. **Capacitação em Serviço social**, modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.

CARDOSO, Franci Gomes. A reestruturação dos processos de trabalho e a ação das classes e do Estado no capitalismo. **Revista de Políticas Públicas/UFMA**. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, v. 1, n. 1. São Luís: EDUFMA, 1995. pp 56-89.

IAMAMOTTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação Profissional**. 4ª ed. São Paulo, 2001.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias no Brasil - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade** (50). São Paulo: Ed. Cortez, 1987, pp. 87-132.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **O aprender do fazer**: Serviço Social, trabalho profissional e representações sociais. Natal, EDUFFRN, 2005.

SERRA, Rose. **Trabalho e reprodução**. São Paulo, Cortez, 2001.

YAZBECK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. **Capacitação em Serviço social**, modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTO, Berenice Rojas. O processo de trabalho do Assistente social na esfera municipal. **Capacitação em serviço social**, módulo (2). Brasília: CEAD, 1999.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo, Scritta, 1995.

PAZ, Rosângela de Oliveira da. As organizações não governamentais e o trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço social**, módulo(2). Brasília: CEAD,1999.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a Questão Social. **Serviço Social e Sociedade** (58). São Paulo, ano XXII novembro de 1998 p. 24-40.

SANTOS, Antônio Gonçalves. A prática do Serviço Social nas instituições. **Serviço Social e Sociedade** (2). São Paulo: Ed. Cortez, 1980, p. 114-126.

DISCIPLINA: POLÍTICA SOCIAL I

EMENTA: A constituição do sistema de proteção social no capitalismo e no Brasil. A proteção social como função do Estado: surgimento, características e tipologias. O sistema de proteção social no Brasil pós Constituição de 1988. A política social no contexto das Políticas Públicas.

CARGA HORÁRIA : 90 horas / **CRÉDITOS**: 6.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRANCHES, Sérgio et alii. **Política Social e combate à pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social** – fundamentos e história. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DRAIBE, Sonia. Miriam. O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS; Vértice, 1989, p. 13 a 59.

ESPING-ANDERSEN, G.. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**. (24). R.J.: 1991.

MARSHALL, T. H. **Política Social**. Rio de Janeiro. Zahar, 1965. Capítulo VIII, pp.183:201

OFF, Clauss. Teoria do Estado e Política Social. In: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Trad.Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 32 a 48.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado-Providência**. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**. Rio de Janeiro, nº 39, Relume Dumará, 1995, p. 3-40.

MARSHALL, T. H.. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, a. XXI, n. 55, p. 30-41, nov./2001.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 852).

POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p.1477-1489, 2007.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO TEMÁTICO III

EMENTA: fenomenologia, estruturalismo, sociologia compreensiva e outras correntes teóricas da modernidade, destacando autores como: Schutz, Weber, Bordieu e Foucault.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CREDITOS**: 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELO, Ângela Alves. **Fenomenologia e Ciências Humanas**: psicologia, história e religião. Trad. Miguel :Mahfoud e Marina Massimi. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude. PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**. Metodologia da Pesquisa na sociologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAPALBO, Creusa. **Metodologia das Ciências Sociais**: a fenomenologia de Alfred Scholtz. Rio de Janeiro: Antares, 1979.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo: o canto do cisne; de 1967 aos nossos dias**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, S. P.: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 303-472.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – vontade de saber. Trad. Maria Teresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

WEBER, Max. O Sentido da “neutralidade” axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas. IN: **Metodologia das Ciências Sociais**. Trad. Augustin Wernet. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1995, p. 361-398.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 461-538.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BONOMI, Andréa. **Fenomenologia e Estruturalismo**. Trad. João Paulo Monteiro. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Edgard de Assis. História do estruturalismo. (resenha) **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: n.29, ano 10, out. 1995.

COELHO, Eduardo Prado. Introdução a um pensamento cruel. Estrutura, estruturalidade e estruturalismos. In: **Estruturalismo**: antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, [s.d] p.l – LXXV.

DEMO, Pedro. Estruturalismo: a sedução de uma metodologia formal. In: **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1985, p.200-227.

FORSSARD, Selma. **As dimensões do “mundo da vida” e a formação profissional do Assistente Social**: um estudo fenomenológico. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

GIDDENS, Anthony. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org). **Teoria Social hoje**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 281-319.

GILES, Thomas. Ransom. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1975.

DISCIPLINA: OFICINA III

EMENTA: vivências e experiências em processo de trabalho

CARGA HORÁRIA: 30 horas / **CRÉDITOS**: 0.2.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CURADO, Jacy C.; MENEGON, V. S. M. Gênero e os sentidos do trabalho social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 431-441, 2009.

DUARTE, JANAÍNA L. DO N. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONG. **Textos & Contextos** on line, v. 9, n. 1, p. 66 - 76, 2010;

GUEIROS, Dalva A. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Katálisis**. v. 13 n. 1, p. 126-132, 2010.

LIMA, Antônia Jesuíta de. Intervenções urbanas e os desafios do trabalho social na contemporaneidade. In: GOMES, Maria de F. C.; FERNANDES, Lenise L.; MAIA, Rosemere S. **Interlocuções urbanas: cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Arco íris, 2008.

LIMA, Maria J. de O.; COSAC, Claudia M. D. Serviço Social na empresa. **Katálisis**, v. 8, n. 2, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANGINI, Fernanda N. da R. ; MIOTO, Regina. C. T. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. **Katálisis**, v. 12, n. 2, p. 207-215, 2009.

RIBEIRO, Sâmbara et. al. O cotidiano profissional do Assistente Social no Programa Saúde da Família em Campina Grande. **Katálisis**, v. 8, n. 2, p. 1-9, 2005.

YACOUB, Leila B. D.; Ribeiro, Luiz C. Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social. **Revista em Pauta**, n. 20, p. 141-151, 2007.

DISCIPLINA: FUND. HIST. TEOR. MET. SERV. SOCIAL III

EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideológicas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço social no Brasil, no período de redemocratização do país – final dos anos 90 da sociedade brasileira.

CARGA HORÁRIA: 60 h **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Anna Augusta de. **Possibilidades de limites da teoria do Serviço Social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 159p.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do Serviço social na era da globalização. **Serviço Social e Sociedade**, 61. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995. 215.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** - ensaios críticos. SP, Cortez, 1992, p. 172-181

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. S. P.: Cortez, 1993.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. S. P.: Cortez, 1991.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio de autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1981.

SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado democrático**. R. J.: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 2. ed. Sao Paulo: Cortez, 1983. 200p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALEIROS, Vicente de Paula. Regulação e articulação: dois paradigmas do trabalho social. In: _____. **Saber profissional e poder institucional**. SP, Cortez, 1991.

LIMA, Boris Aléxis. **Contribuição a metodologia do Serviço Social**. 2. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1976. 142p.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual, **Cadernos Abess** (3). SP, Cortez, 1989, p. 162-181.

PAULO NETTO, José. Notas para a discussão da sistematização da prática e da teoria em Serviço Social, **Cadernos Abess** (3). SP, Cortez, 1989, p. 141-153.

_____. Transformações societárias e Serviço Social; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade** (50). SP, Cortez, 1996, p. 87-132.

DISCIPLINA: PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: O exercício profissional na esfera governamental/estatal como principal espaço sócio-ocupacional do Assistente Social no Brasil e no Piauí. Natureza e características gerais da esfera pública estatal. A atuação profissional em diferentes espaços ocupacionais do Estado e de suas Políticas Públicas. Sujeitos sociais principais da ação profissional nesses espaços ocupacionais.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CREDITOS:** 3.1.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARREGUI, C. C. (ORG.). **Erradicação do trabalho infantil:** dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia. São Paulo: EDUC, 2000.

AUGUSTO BISNETO, J. Uma análise da prática do Serviço Social em saúde mental. **Serviço Social e Sociedade**, n.82, São Paulo, Cortez, 2005.

BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Proteção básica do SUAS:** Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: MDS, 2006.

BRAVO, M. I; MATOS, M. C. de. Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, M. I et al (Orgs.) **Saúde e Serviço Social**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARDOSO, M. de F. M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social**. São Paulo: LCTE, 2008.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Assistência Social**. 2009.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2009a (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais.).

CEFESS\ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009.

COSTA, M. D. H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) Assistentes Sociais. In: MOTA, A. E... et al (Orgs.). **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias nos CRAS em Teresina. In: FRANCO, C. M. B.; VASCONCELOS, J. G.; FRANCO, P. M. B. (orgs). **Os diferentes olhares do cotidiano profissional**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GARRETT, A. **A entrevista, seus princípios e métodos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.
- SCHMIDT, F. **Adolescentes privados de liberdade: dialética dos direitos conquistados e violados**. Curitiba: Juruá, 2009.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos, para qual cidadania? **Serviço Social e Sociedade**, (79). São Paulo, Cortez, 2004.
- CAVALCANTE, Soraya A. U. Reforma do Estado e Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, (68), São Paulo: Cortez, 2001, p. 34-53.
- CFESS. **Carta de Maceió**. Brasília: CFESS, 2000.
- TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. **Libertas**, Juiz de Fora, v.1, n.2, p.42 - 69, jun/2007

DISCIPLINA: POLÍTICA SOCIAL II

EMENTA: Teorias explicativas sobre o Estado de Bem-Estar e sua crise. Modelos de proteção social propostas a partir da crise, Expressões deste contexto no Brasil. Tendências e dinâmicas nas políticas sociais brasileiras.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CREDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARRETCHE, M. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. In: **BIB**. Rio de Janeiro, nº 39, Relume Dumará, 1995, p. 3-40.
- BARBOSA, R.N. de. **A economia solidária como política pública**, uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRESSER PEREIRA L. C.; GRAU N. C. (org). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DRAIBE, S ; HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº 6. São Paulo: ANPOCS, 1988.
- MARQUES, E. (org). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- GIDDENS, A. **A terceira via**. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- Montaño, C. **Terceiro Setor e questão social, crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez editora, 2002.
- NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões da nossa época, nº 20).
- PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA E SILVA, M.O. Da; **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez/EDUFMA, 1997.
- SILVA e SILVA, M. O. da; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIA, C. Uma genealogia das teorias e modelos do estado de bem-estar social. In: **BIB.** Nº 46, 1998.

HAYEK, F. A. **Os fundamentos da liberdade**. Coleção Pensamento Político, nº 56. Brasília: UNB, 1983.

SPOSATI, A (org). **Renda Mínima e crise mundial**, saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997.

DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais no neoliberalismo. **Revista USP.** São Paulo, n. 17, 1993.

RAICHELIS, Raquel. Crise do Estado de Bem-Estar e os impasses da esfera pública. In: **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO TEMÁTICO IV

EMENTA: Teorias contemporâneas.

CARGA HORÁRIA: 30 horas / **CREDITOS:** 2.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

COUTINHO, Maria da Penha Lima. **Representações sociais:** abordagem interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003

FREDERICO, Celso. Razão e desrazão. **Serviço Social e Sociedade** (55) São Paulo: Cortez, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. S. P.: Ed. UNESP, 1991, p. 11-60.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2000

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LECHTE, John. **50 pensadores contemporâneos essenciais:** do estruturalismo à pós-modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 1995.

SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio. **Bioética**. São Paulo: EDUSP, 2002.

TONET, Ivo. Modernidade, pós-modernidade e razão. **Temporalis**, Recife: ABEPSS, n.10, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, Perry. **As origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2004

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DISCIPLINA: SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

EMENTA: Perspectivas teóricas e manifestações da organização da população. Interface Estado e Sociedade. Articulação poder local e global. Redes de Movimentos Sociais. Tendências e Desafios.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 3.1.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 383-426.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro**. De frente para o Estado, em busca do parlamento, São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicato e partido no Brasil:** da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1988.

CASTELLS. Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**, ANPOCS, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Loyola, São Paulo: 1997.

_____. **Os Sem Terra, ONG's e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. O novo associativismo e o terceiro setor. **Serviço Social e Sociedade**. (58). Cortez, São Paulo: nov.1998.

JACOBI, Pedro, **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**, Cortez, São Paulo: 1993.

SHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. Loyola, São Paulo, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos sociais In: **Piauí:** Formação, Desenvolvimento, Perspectivas. Raimundo N. M. de Santana (org), FUNDAPI, Teresina, 1995, p.159-184.

RICO, Elisabeth de Melo. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade** 58, Cortez, São Paulo: nov.1998.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos In: DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90:** Política e Sociedade no Brasil, ed. Brasiliense, São Paulo, 1994, p.91-102.

TIDAFI, Masilene Rocha Viana. Lutas sociais e redes de movimentos sociais no final do século XX. **Serviço Social e Sociedade** (64), São Paulo: Cortez, 2000, p.34- 56.

DISCIPLINA: TOPICO ESPECIAL I

O Conteúdo dessa disciplina é optativo, isto é, varia a cada semestre, contemplando os conteúdos optativos dispostos no item 4.18.1

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS

EMENTA: Fundamentos teóricos do planejamento; perspectivas metodológicas e instrumentos que expressam e formalizam o planejamento social. Processo de formulação de projetos sociais. Gestão social e gestão de políticas públicas e de serviços sociais: modelos de níveis de competência e atribuições.

CARGA HORÁRIA: 90 horas / **CRÉDITOS:** 4.2.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUZA, MARCELO Lopes de. O Planejamento Urbano conduzido pelo Estado e seu conteúdo ideológico. In: SOUZA, Marcelo e RODRIGUES, Glauco. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. Gestão social: alguns apontamentos para o debate, IN: RICO, Elizabeth e RAICHELLIS, Raquel. **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC: IEE/PUC, 1999.

LUCK, Heloisa. **Planejamento em Orientação educacional**. Petrópolis: Vozes, 12ª Ed. 2000.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora. 2000.

FRITSCH, Rosangela. Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social . IN: **Serviço Social e Sociedade** nº 52, São Paulo: Cortez editora, p.127-145, dez, 1996.

BONDER, Cíntia. O Assistente Social e planejamento participativo. IN: **Serviço Social e Sociedade** nº 78, São Paulo: Cortez Editora, julho, 2004.

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.

ARMANI, DOMINGOS. **Como elaborar projetos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

TENORIO, Fernando G. elaboração de projetos comunitários IN: TENÓRIO, F. (Org.) **Gestão comunitária: uma abordagem prática**. RJ: Editora FGV, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOARES, Jose Arlindo e GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. IN: SOARES, Jose A. e CACCIA-BAVA (Orgs). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

SOUZA, Luiza Erundina de. Revolucionar a gestão da cidade: um grande desafio. In CLDERON, Adolfo. Ignácio e CHAIA, V. **Gestão municipal: descentralização e participação popular**. São Paulo; Cortez editora, 2002.

FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MATTOS, Solange Aparecida e SOARES, Fabiana R. Experiência do programa Saúde da Família de Nhandeara/SP In: ACOSTA. Ana Rojas e VITALE, Amália. **Família: redes laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez editora, 2ªed. 2005.

KISIL, Rosana. **Elaboração de Projetos e propostas para as Organizações da sociedade civil**. São Paulo: Editora Global, 2. ed. 2002.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO
SERVIÇO SOCIAL IV

EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideopolíticas, teóricas, metodológicas e técnicas do serviço social no Brasil face as exigências contemporâneas da realidade social mais ampla em sua articulação com a profissão e as exigências de novos fundamentos ou novos aportes teóricos de explicação dessa realidade, destacando: a cultura, o cotidiano, a subjetividade, a inter e multidisciplinaridade, o simbólico, a representação, a relação micro e macro das teorias, o pluralismo teórico.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Alba Maria Pinho. O desafio contemporâneo de fazer ciência. **Serviço Social e Sociedade**, 48, São Paulo, Cortez, 1995.

JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Vozes, 1994.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio: Zahar, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Pluralismo**. S. Paulo, Cortez, 1991. ABESS, 4.

CASTORIADIS, Castoriadis. **O mundo fragmentado**. Rio: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. S. P.: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço social na transição para o próximo milênio. **Serviço social e Sociedade**. (57). São Paulo: Cortez, 1998

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Guerra. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 91, 2007

SANTOS, Josiane S. Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. In: ABEPSS. **Temporalis**, 11. Brasil: ABEPSS, BRASÍLIA, 2000

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1994.

YASBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento. In: **Serviço Social e Sociedade**. (95). S. P.: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOFF, Leonardo. **A voz do arco-íris**. Rio: Sextante, 2004

AZEVEDO, Adriana F. Relações entre processo de trabalho e subjetividade. In. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 6, 2002

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

DUARTE, Marco José de O. Subjetividade, marxismo e Serviço Social. **S.S. Sociedade**, 101. São Paulo, Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Cultura e direitos culturais IN: **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do Eu. Rio Grande do Sul**. UNISINOS, 2004.

OLIVEIRA, Íris M. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2009.

DISCIPLINA: PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III

EMENTA: O exercício profissional do Assistente Social nas esferas privadas e não estatal no Brasil e no Piauí. Natureza e características gerais do setor privado e não estatal. A atuação profissional em diferentes espaços ocupacionais relacionados às empresas privadas, ao Terceiro Setor e às Organizações da Sociedade Civil. Novas formas de atuação do Assistente social na esfera do exercício liberal da profissão. Sujeitos sociais da ação profissional nesses espaços ocupacionais.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 3.1.0

BILIOGRAFIA BÁSICA

BRAVO, Maria Inês S.; MATOS, Maurílio C. de (orgs). **A assessoria, consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006

CFESS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FREIRE, Lúcia M. B; FREIRE, Silene de M; CASTRO, Alba T. B. (orgs.). **Serviço Social, Política Social e Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2006

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**. (58), São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **O protagonismo da sociedade civil brasileira**. São Paulo: Cortez, 2005

MOTA. Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2008

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SERRA, Rose. M. S. **Crise da materialidade no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço social entre a prática e a realidade. Tavares. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 11, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GROPPO, Luis A. Responsabilidade social e a mercantilização da solidariedade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 91, 2007.

KAMEYANA, Nobuco; NOGUEIRA, Cleonice L. As tendências da gestão da força de trabalho nas empresas brasileiras., In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, 6, 2002

RAICHELIS, Raquel. Gênese e transformação da esfera pública burguesa – as noções de público e privado. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Vera N. Terceiro Setor no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 91, 2007.

SILVA, Cláudio G. Serviço Social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 94, 2008.

DISCIPLINA: POLÍTICA SOCIAL III

EMENTA: Seguridade social na realidade brasileira: concepções e políticas setoriais. Assistência social, saúde e previdência. As leis orgânicas, processos de gestão, formas de financiamento e controle social.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 4.2.0

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRAVO, Maria Inês de Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez Editora: Editora da UFRJ, 1996.

COHN, Amélia e ELIAS, Paulo E. **Saúde no Brasil, políticas e organização de serviços**. São Paulo: Cortez Editora: CEDEC.

COLIN, Denise Ratman Arruda. **LOAS:** Lei Orgânica da Assistência Social. São Paulo: Veras Editora, 1999. 179 p.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S.; DEGENSZAJN, R. R. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. 2. ed. São Paulo - SP: Cortez, 2011

FARIAS, Pedro César Lima de. **A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação**. Brasília: MARE/ENAP, 1997, p. 35 a 46. (Cadernos ENAP, n. 11)

FIORI, José Luís. **Estado de Bem Estar Social:** padrões e crises. São Paulo: IEA/USP, s.d. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos. Acesso em fev. 2011.

MOTA, Ana E.. **Cultura da crise e Seguridade Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MOTA, Ana E.. Seguridade Social no Cenário Brasileiro. **Revista Ágora** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2004.

MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de Seguridade Social**. Trad. da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. S. P.: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social** – fundamentos e história. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p.1477-1489, 2007

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**, Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Ademir. **A Reforma da Previdência Brasileira:** entre a repartição social e a competitividade mercantil. IN: SILVA, Ademir. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira:** entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez editora, 2004, p.187-236.

TAVARES, Gisele de Cássia. O financiamento da Política de Assistência Social na era Suas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

DISCIPLINA: PESQUISA SOCIAL I

EMENTA: Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa social. Elementos paradigmáticos das ciências humanas. A problemática da produção de conhecimento. Questões de método: diversas concepções. A relação método e objeto do conhecimento.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 4.0

BIBLIOGRAFIA BASICA

ANDERY, Maria Amália *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 14. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Cláudio. **Breve história da ciência moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008. 4vol.

CARDOSO, Míriam Limoeiro. **A periodização e a ciência da história: observações preliminares**. Rio de Janeiro: FGV, 1977, mimeo.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 13. ed. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, Nacional, 1987.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2004 [reimpressão 2007].

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl. Introdução à crítica da Economia Política. In: **Contribuição à crítica da Economia Política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 199-231.

MATALLO JR., Heitor. A problemática do conhecimento. In: MINAYO, Maria Cecília de Carvalho (org.). **Construindo o saber - metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 2. ed. Campinas/SP, Papirus, 1989, p. 13 - 28.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto S. Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre, Artmed, 2004.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Weber, Durkheim**. 2. ed. rev. e atual. B. Horizonte, Editora UFMG, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. e col. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GONZÁLEZ, Wenceslao J. (coord.). **Diversidad de la explicación científica**. Barcelona, Ariel, 2002.

MATALLO, Heitor. Mito, metafísica, ciência e verdade. In: MINAYO, Maria Cecília de Carvalho (org.). **Construindo o saber-metodologia científica**: fundamentos e técnicas. 2. ed. Campinas, Papyrus, 1989, p.29 - 38.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Trad. Laura Alves; Aurélio Rebello. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 2003.

VALLES, Miguel S. **Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional**. Madrid, Síntesis, 2000.

DSCIPLINA: ÉTICA PROFISSIONAL

EMENTA: Os fundamentos da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os códigos de ética profissional na historia do Serviço social brasileiro.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BASICA

BONETTI, Dilséa Adeodata *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/Brasília: CFESS, 1996.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. 2a ed. Petrópolis, Vozes, 2004. [1a ed. 2003]

CONSELHO Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 2011.

DALAI LAMA. **Uma ética para o novo milênio**. Trad. Maria Luiza Newlands. R.J. Sextante, 2000.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**. Trad. SP: Paulinas, 2006.

BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. nº 8662, 07 junho de 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista**: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Trad. Armando Braio Ara, Barueri: SP, 2005.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. SP: Martins Fontes, 2002.

VALLS, Álvaro L. M. **Da ética à bioética**. Petrópolis, Vozes, 2004.

VV.AA. **Ética prática para as profissões do trabalho social**. Porto, Ed. Porto, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 3. ed. SP, Cortez, 2005. [1a ed. 2001]

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Trad José Resende Costa, SP, Paulus, 1997.

CFESS. **Serviço Social a caminho do século XXI**: o protagonismo do conjunto CFESS-CRESS. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, SP, Cortez, 1996, pp. 172-190.

HELLER, Agnes. La moral. In: **Sociología de la vida cotidiana**. Trad. para o espanhol J. F. Yvars e E. Pérez Nadal. 4a ed., Barcelona, Península, 1994, pp.132-160.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. Notas sobre Ética Profissional do Assistente Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 43, SP, Cortez, 1993, pp. 142-154.

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS

EMENTA: Tipologias e avaliação de políticas públicas. Metodologias de avaliação de políticas e projetos sociais. Sistema de monitoramento. Processo de construção e análise de indicadores sociais.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 3.1.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRETCHE, MARTA T.S. Tendências no estudo da avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, p.29-40.

BELLONI, Isaura et all. **Metodologia de avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de Políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **Avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: Veras Editora, 2001. p.17-37.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth de Melo. **Avaliação de Políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos especiais. P.87-94.

COHEN, Ernesto. Tipos de Avaliação. In: COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.p. 108-117.

EDUARDO, Marino. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.

FARIA, Regina M. Avaliação de Programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, Elizabeth de M. **Avaliação de Políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, p.41-49.

LOBO, Thereza. Avaliação de processos e impactos em programas Sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, Elizabeth de M. (org.). **Avaliação de Políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, p.75-83.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. Edição adaptada para o Brasil. ABONG: tradução e interpretação simultânea e escrita. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora; ABONG: OXFORD, Inglaterra: OXFAM, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Avaliação Final. In: TENÓRIO, Fernando G. (Coord.) **Avaliação de projetos Comunitários: abordagem prática** Edições Loyola, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARMANI, Domingos. Indicadores e sistema de monitoramento e avaliação. In: ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? **Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto alegre: Tomo Editorial, 2001, p.58-73.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. O programa de renda Familiar mínima do município de Campinas: questões metodológicas sobre o estudo com famílias. In: RICO: Elizabeth de

Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001, p.131-154.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira et all. Avaliação de programa da política social: avaliação do programa creche manutenção. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira. (Org.). **Avaliação de políticas e programas Sociais**: teoria e prática. S.P.: Veras Editora, 2001, p. 98- 144.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira et all. O Bolsa família como mediação da unificação dos programas de transferência de renda: resultados de um estudo empírico no maranhão e no Piauí. In: SILVA e SILVA (Org.). **O Bolsa família no enfrentamento à pobreza no maranhão e Piauí**. S.P.: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI; São Luís: EDUFMA. 2008, p.104- 142.

SULBRANDT, Jose. La evaluacion de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. IN: KLIKSBURG, Bernardo. **Pobreza**: um tema impostergable. México: Fondo de Cultura econômica. 1993.

DISCIPLINA: PESQUISA SOCIAL II

EMENTA: Procedimentos científicos que orientam a pesquisa. Processos, instrumentos e técnicas de pesquisa social. Referenciais técnico-analíticos constituintes do processo de investigação. Definição de temática para abordagem em monografia.

CARGA HORÁRIA: 90 horas / **CRÉDITOS**: 6.0.0

BIBLIOGRAFIA BASICA

BARROS, Aidil de J.P.; LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. 13.ed. São Paulo: Vozes, 1990.

BAUER, Martin. W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, Vozes, 2002.

BOOTH, Wayne C. et al. **A Arte da Pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

GATTI, Bernadete. O problema da metodologia da pesquisa nas ciências humanas e sociais. In: RODRIGUES, Maria Lúcia; NEVES, Noemia Pereira (orgs). **Cultivando a pesquisa**: reflexão sobre a investigação em ciências humanas e sociais.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HAGUETE, Teresa Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

KIDDER, Louise. (org) **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**: medidas de pesquisa social. São Paulo: E.P.U, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. 5.ed. S.P.: Atlas, 2002

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUNA, Sérgio V. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PRÁTICA I

EMENTA: As expressões da questão social relacionadas ao campo de estágio. Reflexão teórico metodológica e prática acerca das questões vivenciadas no cotidiano do estágio.

CARGA HORÁRIA: 60h **CRÉDITOS**: 0.4.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACOSTA, Ana Rojas. Família. **Redes, Laços e políticas públicas**. IEE – PUC/SP, São Paulo, 2005.

AMARANTE, P. **Loucos pela vida** – a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, 1999

ARAÚJO, Inesita S. e CARDOSO, Janine M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. Coleção Temas em Saúde.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento**: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social/ Secretaria de Estado de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social** – LOAS (Legislação Completar).

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE . **Lei Orgânica da Saúde**. Lei Nº 8.080/90 e Lei. Nº 8.142/90. Brasília, 1990.

BRAVO. Maria Inês Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária**: lutas sociais e práticas profissionais. . São Paulo: Cortez, 1996.

CESAR, Chester Luiz Galvão e ROCHA, Aristides Almeida (d). **Saúde Pública**: Bases Conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008.

MARLATT, G. **A redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PEREIRA, P. A P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Nº.68. Ano XXII. **Assistência e Proteção Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSA, L. C. S. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTOLLI FILHO, C. **História da Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. “**Humaniza SUS**”-Política Nacional de Humanização da Assistência e da Gestão em Saúde\ PNH. Brasília, 2004.

BRASIL . **Lei orgânica da Assistência Social**, No. 8.742 de 7\12\1993. Brasília, Senado Federal, 1993.

_____. **Estatuto do Idoso: Dispositivos Constitucionais Pertinentes**. Brasília, Senado Federal, 2003.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Senado Federal, 2003.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. **Bolsa Família**. Cartilha informativa. Brasília, 2006.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Nº 75. Ano XXIV.Especial: **Velhice e Envelhecimento**. São Paulo. Cortez, dezembro 2003.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

EMENTA: Contextualização da prática social implementada no campo de estágio. Análise Institucional. Projeto de Intervenção. Análise dos procedimentos técnico-metodológico da prática profissional.

CARGA HORÁRIA: 225 horas / **CRÉDITOS:** 0.0.15

BIBLIOGRAFIA BASICA

AMARANTE, P. **Loucos pela vida** – a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, 1999

ARAÚJO, Inesita S. e CARDOSO, Janine M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ,2007. Coleção Temas em Saúde.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento:** introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social/ Secretaria de Estado de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social** – LOAS (Legislação Completar).

BRASIL,MINISTÉRIO DA SAÚDE . **Lei Orgânica da Saúde:**Lei Nº 8.080/90 e Lei. Nº 8.142/90. Brasília, 1990.

COHN, Amélia e MEHY, Elias. **Saúde no Brasil:** Política e organização de serviços. São Paulo: Cortez, 1996.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARLATT, G. **A redução de danos:** estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PEREIRA, P. A P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. (68). Ano XXII. **Assistência e Proteção Social**. São Paulo. Cortez ed. 2001.

ROSA, L. C. S. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE . **Lei Orgânica da Saúde:** Lei Nº 8.080/90 e Lei. Nº 8.142/90. Brasília, 1990.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. “**Humaniza SUS**”- **Política Nacional de Humanização da Assistência e da Gestão em Saúde\ PNH.** Brasília, 2004.

_____. **Lei orgânica da Assistência Social.** Nº. 8.742 de 7\12\1993. Brasília, Senado Federal, 1993.

_____. **Estatuto do Idoso:** Dispositivos Constitucionais Pertinentes. Brasília, Senado Federal, 2003.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, Senado Federal, 2003.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. **Bolsa Família.** Cartilha informativa. Brasília, 2006.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Nº 82. Ano XXVI. **Trabalho e Saúde.** São Paulo. Cortez ed. 2005.

VILARINHO, Lúcia da S. **Re-pensando a educação em saúde no âmbito hospitalar.** Dissertação de Mestrado. PUC\UFPI. Teresina, 2000.

DISCIPLINA: MONOGRAFIA I

EMENTA: Elaboração de projeto de monografia sobre tema relacionado à profissão de Serviço social, provenientes de experiência de campo de estágio ou associadas às áreas de estudo consolidadas pelos professores do DSS.

CARGA HORÁRIA: 60 horas **CRÉDITOS:** 1.3.0

BIBLIOGRAFIA BASICA

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Howard. S. **Segredos e truques da pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2008. 232 p.

COLOMBO, E. **Descrever o social:** a arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 265-288.

DINIZ, Debora et al (orgs). **Ética em pesquisa:** temas globais. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67-80.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: **Cadernos CERU**, (03), 1992.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Alda J. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis, **Cadernos de Pesquisa**. SP, 1992

BEAUD, M. **A arte da tese**: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARUZO, Igor. Definição do problema. In. **A separação dos amantes**: uma fenomenologia da morte. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1989. p. 11-18.

LUNA, Sérgio V. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1998.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23. Petrópolis: Vozes: 2004, p. 51-66.

DISCIPLINA: TOPICO ESPECIAL II

O Conteúdo dessa disciplina é optativo, isto é, varia a cada semestre, contemplando os conteúdos optativos dispostos no item 4.18.1

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

EMENTA: Inserção do estagiário no contexto dos projetos e atividades do Serviço Social na Instituição. Operacionalização, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção. Análise teórico-metodológica e prática da intervenção do estagiário e avaliação dos resultados.

CARA HORÁRIA: 225h **CRÉDITOS:** 0.0.15

BIBLIOGRAFIA BASICA

ACOSTA, Ana Rojas. **Família. Redes, Laços e políticas públicas**. IEE – PUC/SP, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social/ Secretaria de Estado de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** (Legislação Completar).

CARVALHO, Maria do C. Brant. **A família contemporânea em Debate**. S.P.: Cortez, 1994.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **É possível mudar**: a criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo, Malheiros Editores, 1993.

_____. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo, Malheiros Editores, 1993

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e inserção dos (as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade** 62. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Maria D’Alva Macedo Ferreira. **A Cidadania em Construção**: Análise do Conselho da Criança e do Adolescente no Piauí. Mestrado em Serviço Social (Dissertação), São Paulo, 1997.

_____. Participação e Controle Social nos anos 80: “novos” descobertas ou novas utopias. In: **Serviço Social e Contemporaneidade**. Revista do Dptº de Serviço Social/UFPI. Teresina – Pi, 2001 (no prelo).

MOTA, Ana Elizabete (et al.), (orgs). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do assistente social**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, E. **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAUDERER, E. Christian. **Os direitos dos pacientes**.: um manual de sobrevivência. Record: Rio de Janeiro, 1993.

LIBERATI, W.D. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**: comentários. Brasília: IBPS, 1991.

MATOS, Kelma Socorro L. **Juventude e Família**: da necessidade a construção do afeto. In Um dispositivo chamado Foucault. José Gerardo Vasconcelos/Antônio Germano Magalhães Junior (org.). – Fortaleza: LCR, 2002.

MATHEUS, Tiago Corbisier. **Ideais na adolescência na virada do século**. São Paulo: Amablume: FAPESP, 2002.

PONTES JR, Felício. **Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo, Malheiros Editores, 1993.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Marílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude**: uma questão de direitos. (org). São Paulo: Cortez, 2004.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PRÁTICA II

EMENTA: Aprofundamento temático dos objetos da intervenção. Processos de trabalho do Serviço Social na instituição campo de estágio. Reflexão teórico-metodológico e prática acerca de questões vivenciadas no cotidiano do estágio.

CARGA HORÁRIA: 60horas / **CRÉDITOS:** 0.4.0

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: 2004

BELLONI, Isaura et. Al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Questões da Nossa Época v. 75).

BRASIL. **Programa de Atenção Integral à Família – PAIF**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004

CFESS, (Org) **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no Judiciário Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez/CFESS, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho, formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

- ROSA, Lucia C. S. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003
- LUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica – alternativas terapêuticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMARANTE, P. **Loucos pela vida – a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, 1999
- ARAÚJO, Inesita S. e CARDOSO, Janine M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. **Coleção Temas em Saúde**.
- CAMPOS, Gastão Wagner de S.(et al). **Tratado de saúde coletiva**. Ed. HUCITEC/ Fiocruz, **Saúde em Debate**. Vol.170. São Paulo/Rio de Janeiro; 2006.
- CASTRO, Adriana e MALO, Miguel. **SUS: ressignificando a promoção da saúde**. Série Saúde em Debate. São Paulo; Hucitec: OPAS, 2006. CECÍLIO, Luis Carlos de O. **Inventando a mudança na saúde**. **Saúde em Debate** No. 73. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994.

DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

EMENTA: Execução do Trabalho de Campo: Coleta, análise e interpretação das informações e elaboração de trabalho monográfico com temática relevante para o Serviço Social e/ou realidade social, desenvolvido a partir do projeto formulado em Monografia I.

CARGA HORÁRIA: 195 horas / **CRÉDITOS:** 0.13.0

BIBLIOGRAFIA BASICA

- BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CRUZ, Ana Maria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação** (NBR 14724/2002). Niterói: Intertexto, 2003.
- GONÇALVES, Hortência de A. **Manual de Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 3.ed. S.P.: Martins Fontes, 1995.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOUZA, Francisco das Chagas. **Escrevendo e normalizando trabalhos científicos acadêmicos**. Florianópolis, SC. Ed. Da UFSC, 1997.
- BRAVO. Maria Inês Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. Cortez ed. São Paulo, 1996.
- CESAR, Chester Luiz Galvão e ROCHA, Aristides Almeida (ed). **Saúde Pública: Bases Conceituais**. São Paulo: Atheneu, 2008.
- COHN, Amélia e MEHY, Elias. **Saúde no Brasil: Política e organização de serviços**. São Paulo: Cortez, 1996.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. **Normas para atividades que envolvem o desenvolvimento de pesquisa e produção da Monografia de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.** Teresina: 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Inesita S. e CARDOSO, Janine M. Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. **Coleção Temas em Saúde.**

BERTOLLI FILHO, C. **História da Saúde Pública no Brasil.** São Paulo, Ática. 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei Orgânica da Saúde.** Lei Nº 8.080/90 e Lei. Nº 8.142/90. Brasília, 1990.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **“Humaniza SUS”-Política Nacional de Humanização da Assistência e da Gestão em Saúde\ PNH.** Brasília, 2004.

_____. **Lei orgânica da Assistência Social,** No. 8.742 de 7\12\1993. Brasília, Senado Federal, 1993.

VILARINHO, Lúcia da S. **Re-pensando a educação em saúde no âmbito hospitalar.** Dissertação de Mestrado. PUC\UFPI. Teresina, 2000.

4.18.1 Ementário e Bibliografia básica e complementar das disciplinas optativas

DISCIPLINA: TÓPICO DE POLÍTICAS SOCIAIS (CIDADE, ESTADO E POLÍTICAS URBANAS)

EMENTA: Temas contemporâneos ao Serviço Social, à produção do conhecimento e à realidade social

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

AZEVEDO, Sergio de. Planejamento, cidade e democracia. Reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90. In: DINIZ, Eli; LOPES, José S. L.; PRANDI, Reginaldo. (Orgs.). **O Brasil no rastro da crise.** São Paulo, HUCITEC, 1994.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa - Omega, 1982.

CALDEIRA, Teresa P. do R. Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In: CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

DÉAK, Csaba. A cidade: do burgo à metrópole. Espaço & Debates n. 34. São Paulo: **NERU,** 1991. p. 113 – 120.

LAGO, Luciana. **Desigualdade e segregação na metrópole:** o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LIMA, Antônia J. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, Antônia J. **Gestão Urbana e Políticas de Habitação Social**: análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. 2. ed. Teresina, Bagaço, 2010.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. R. J.: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço & Debates** n. 6. São Paulo: NERU/Cortez, 1982.

RAMOS, M. H. R. (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. R. J., DP&A, 2003.

ROLNIK, Raquel; SAULE JR., Nelson. Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana. **Cadernos Polis** nº 4. São Paulo: Polis, 2001.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. Caps. 2- 13.

SANTOS, Sarah M. M. dos e PIRES, M. C. S. O município e a gestão urbana: novas exigências. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n. 3, 1996.

SOARES, Arlindo; CACCIA BAVA, Silvio. **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

DISCIPLINA: VELHICE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

EMENTA: temas contemporâneos ao Serviço Social, à produção de conhecimento e à realidade social.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS**: 4.0.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ZIMERMAN, Guite. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. P.A.: Artes Médicas Sul, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Conflitos e diálogos entre gerações. In: **A terceira idade**: estudos sobre o envelhecimento/ Serviço Social do Comercio. Ano I, vol 19, nº 43, out. 2008. São Paulo: SESC-CET, p.59-69.

FIGUERÊDO, Edileusa Maria Galvão. Velhice e questão social. IN: FIGUEREDO, E. **Programa Terceira Idade em Ação-PTIA**: espaço múltiplo de qualidade de vida da pessoa idosa, mediatizado pela educação. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Teresina: 2009, p. 21-55.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social e as formas históricas de respostas da sociedade e do Estado. IN: TEIXEIRA, S. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social. São Paulo: Cortez Editora, 2008, p. 39-51.

BRASIL.Lei nº 8.842. **Política nacional do idoso**. Brasília, 1994.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 1993.

_____. Lei nº 10.741. **Estatuto do idoso**. Brasília: 2003.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FPESP, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VALENTE, J. Aprendizagem continuada ao longo da vida: exemplo da terceira idade. In: KACHAR, V. (Org.). **Longevidade: um desafio para a educação**. S.P.: Cortez Editora, 2001.

MORAGAS, Ricardo M. As relações intergeracionais nas sociedades contemporâneas. In: **A Terceira Idade**. Serviço Social do Comercio. Vol. 15, nº 29 (jan.2004) São Paulo: SESC-GETI, 2004, p.7-27.

BRASIL. Lei nº 9394. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996.

_____. **Política nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

RODRIGUES, Maria José Silveira Cintra. O serviço social e a interação entre adolescentes e idosos. In: **A Terceira Idade**. Serviço social do Comercio. Vol. 15, nº 29 (jan 2004) São Paulo: SESC-CET, 2004, p.48-67.

DISCIPLINA: DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXO, CLASSE E ETNIA RACIAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 3.1.0

EMENTA: Aportes teórico-metodológicos da análise da diferenciação/articulação das relações sociais de gênero, sexo, patriarcado, classe, raça e etnia na sociedade brasileira, como eixos fundantes das desigualdades sociais que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho e na constituição de sujeitos políticos.

BIBLIOGRAFIA BASICA

ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p.

BANKS, James A. Multicultural Education characteristics and goals. In: BANKS, James A.; BANKS, Cherry A. McGee. **Multicultural Education: issues and perspectives**. Third ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997. p. 03-31.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília-DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília-DF, 1997.

_____. Ministério da Justiça. **Relatório do Comitê Nacional para preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Durban, 31 ago./7 set. 2001.

_____. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. **Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana**. Brasília-DF, 2004.

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

DURANO, Marina F. B.. **Globalização às custas das mulheres**. ONU. “Consenso de Monterrey”, texto preliminar aceito, versão final não revisada, 27 de janeiro de 2002, Nova York.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. p. 47-71.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto da (Orgs.). Ensino Fundamental. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2ª edição. São Paulo: Summus. 1998.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Trad.: Ávila, Myriam e outros. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2001.

GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (Organizadoras). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica. 2002.

MEYER, D. E. Alguns são mais iguais que os outros: Etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4ª edição. Organizador: Silva, Luiz Heron da. São Paulo: Vozes. 2000.

PERRRENOUD, P. A **Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2ª edição. Trad.: Schilling, Cláudia. Porto Alegre: Artmed. 2001.

SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. “A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial”. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo**. Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.97-114.

DISCIPLINA: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CARGA HORÁRIA: 60horas / **CRÉDITOS:** 3.1.0

EMENTA: Meio ambiente natural e meio ambiente construído: concepções, relações e impactos na contemporaneidade. Questão ambiental no Piauí: atores, processos, políticas. Educação ambiental, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. O serviço social e a questão ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** (CNUMAD). Rio de Janeiro: ONU, 1992. (www.mma.gov.br/port/SE/agen21/guiag.html).

AMAZONAS, M.C.. Desenvolvimento sustentável e a teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucional e da economia ecológica. In: Nobre, C. e Amazonas, M.C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ibama, 2002.

ACSELRAD, H. **Ecologia direito do cidadão: coletânea de textos**. R.J.: J.B. 1993.

CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia legal. **Direito do meio Ambiente e Participação Popular**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e renováveis Brasileiros: IBAMA. 1994.

CRESPO, S. et al. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: MAST/IDRT/MMS/MMA/MCT, 1998. 110p.

FERREIRA, Leila C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Trad. Marise Manoel. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papirus, 1995. SATO, Michèle (Coord.) et al. **Ensino de ciências e as questões ambientais**. Cuiabá: NEAD, UFMT, 1999.

BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001. p. 142.

MAY, P.H. Contradições entre crescimento e desenvolvimento sustentável: inovações institucionais nos BRICS. In: Dupas, G. (org.). **Tensões entre crescimento e meio ambiente**. Edusp, São Paulo, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DASHEFSKY, H.S. **Dicionário de Ciência Ambiental**. Guia de A a Z. S.P.: Gaia, 1995.

ISAIA, Enise Bezerra Ito (org). **Reflexões e práticas para desenvolver e a educação ambiental na escola**. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000. 998 p. 01L-00298 577.4:37 R322

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

EMENTA: Perspectiva cultural e lingüística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 2.2.0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**. R.J.: Tempo brasileiro, 2010.

GESSER, Andrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GÓES, M.C.R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais:** desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Colaboração de Mary Lopes Esteves Frizanco. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças Porto Alegre: Editora Mediacao, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **O Ensino de língua portuguesa para surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Colaboração de Heloisa Moreira Lima Sales. Brasília: DF: MEC/SEESP, 2004. V 1, V 2.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Programa nacional de apoio à educação de surdos:** o tradutor e interprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

CAPOVILLA, Fernando César; RAFHAEL, Walkíria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. Novo de libras: **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Inep, CNPq: Capes, 2009. V 1, V 2.

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1994: Salamanca). **Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. – Brasília: CORDE., 1997.

KOJIMA, Catarina Kiguti: **Libras: Língua brasileira de sinais:** a imagem do pensamento. Colaboração de Sueli Ramalho Segala. São Paulo: Livros Escalas, 2011.

QUADROS, R.M. Aquisicao de L1 e L2: **o contexto da pessoa surda**. Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. Rio de Janeiro: INES, 1997.

DISCIPLINA: DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXO, CLASSE E ETNIA RACIAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas / **CRÉDITOS:** 3.1.0

EMENTA: Aportes teórico-metodológicos da análise da diferenciação/articulação das relações sociais de gênero, sexo, patriarcado, classe, raça e etnia na sociedade brasileira, como eixos fundantes das desigualdades sociais que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho e na constituição de sujeitos políticos.

BIBLIOGRAFIA BASICA

ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). **Relações raciais na escola:** reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p.

BANKS, James A. Multicultural Education characteristics and goals. In: BANKS, James A.; BANKS, Cherry A. McGee. **Multicultural Education:** issues and perspectives. Third ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997. p. 03-31.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília-DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília-DF, 1997.

_____. Ministério da Justiça. **Relatório do Comitê Nacional para preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Durban, 31 ago./7 set. 2001.

_____. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. **Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana**. Brasília-DF, 2004.

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

DURANO, Marina F. B.. **Globalização às custas das mulheres**. ONU. “Consenso de Monterrey”, texto preliminar aceito, versão final não revisada, 27 de janeiro de 2002, Nova York.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. p. 47-71.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto da (Orgs.). Ensino Fundamental. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus. 1998.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Trad.: Ávila, Myriam e outros. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2001.

GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (Organizadoras). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica. 2002.

MEYER, D. E. Alguns são mais iguais que os outros: Etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4. ed. Organizador: Silva, Luiz Heron da. São Paulo: Vozes. 2000.

PERRRENOUD, P. A **Pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Trad.: Schilling, Cláudia. Porto Alegre: Artmed. 2001.

SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. “A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial”. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo**. Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.97-114.

4.18.2 Estruturação das disciplinas por Núcleos

As disciplinas acima foram agrupadas por núcleos, para facilitar sua localização e finalidade em termos de fundamentar a formação profissional. Desse modo, foram agregadas em 03 núcleos. O primeiro núcleo integrou as disciplinas denominadas

Básicas ou, conforme define as diretrizes curriculares, como componentes do Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, como segue:

Núcleo Básico

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução à Filosofia	90
Economia Política	90
Int. Tec. Est. Org. Trabalho Científico	60
Formação Sócio-Hist. Brasil	60
Iniciação Sociológica	60
Formação Sócio-Hist. NE e Piauí	60
Psicologia Geral	90
Iniciação à Política	60
Iniciação Antropológica	60
Ética Geral	60
Direitos e Cidadania	60
TOTAL	750

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução à Filosofia	90
Iniciação Sociológica	60
Iniciação Antropológica	60
Iniciação à Política	60
Seminários Temáticos	120
Ética Geral	60
Psicologia Geral	90
Economia Política	90
Pesquisa I e II	150
Direitos e Cidadania	60
TOTAL	840

As disciplinas orientadas em torno das ações que remetem aos processos de inclusão do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho figuraram da seguinte maneira:

Núcleo Profissional

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introd. S. Social	45
Questão Social	60
Fundamentos 1 a 4	240
Oficina	60
Processos de trabalho I a III	180
Política I, II, III	240
Ética Profissional	60
Planejamento e Gestão	90
Pesquisa	150
Estágio Superv.	450
Seminário de Prática I e II	120
Avaliação Pol. Públicas	60
TOTAL	1.755

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Serviço Social	45
Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. 1, 2, 3 e4	240
Oficinas 1 a 3	90
Processos de Trabalho 1, II, III	180
Ética Profissional	60
Estágio I e II	450
Seminário de Prática I e II	120
Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	60
Planejamento e gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais	90
TOTAL	1.335

As disciplinas voltadas para a compreensão da formação sócio-histórica e da realidade brasileira e nordestina, figuraram no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira,

Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Formação Sócio-Hist. do Brasil	60
Formação Sócio-Hist. do Nordeste e do Piauí	60
Questão Social no Brasil	60
Política Social 1, 2, 3	210
Sociedade Civil e Movimentos Sociais	60
TOTAL	450

4.19 Quadro de Recursos Humanos do Curso

DOCENTES POR DISCIPLINAS

Nº	NOME DO DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO NO CURSO (marque com um x)		DISCIPLINA(S) QUE MINISTRA	REGIME DE TRABALHO 1
				Específico*	Colab**		
01	Antonia Jesuíta Lima	107644374-53	Doutorado Pós-doutorado	X		Política Social I, Política Social II, Tópico Especial, Monografia I	DE
02	Francineide Pires Pereira	160.963.393-87	Doutorado	X		Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II; Monografia I e Monografia II Oficina de vivência e experiência em pesquisa e extensão	DE
03	Guiomar de Oliveira Passos	14551179353	Doutorado	X		Política Social I, Política Social II e Política Social III, Monografia II	DE
04	Iolanda Carvalho Fontenele	07798040315	Doutorado	X		Política Social I, II e III, Tópico Especial, Monografia II	DE
05	Lila Cristina Xavier Luz	338.877.303-30	Doutorado	X		Processo de trabalho I e II, Seminário de Introdução ao Curso, Monografia II	DE
06	Lúcia Cristina dos S. Rosa	044.254.588-69	Doutorado	X		Estágio Supervisionado I e II, Seminário de Prática I e II, Monografia II	DE
07	Lúcia da Silva Vilarinho	432.985.323-04	Mestrado	X		Estágio Supervisionado I e II, Seminário de Prática I e II, Monografia II	TI
08	Mª Rosário de Fátima e Silva	077.980.403-15	Doutorado	X		Planejamento e Gestão das Políticas Sociais, Avaliação das Políticas Sociais, Monografia II, Tópico Especial	DE
09	Maria D'Alva Macedo Ferreira	066 332 183-20	Doutorado	X		Estágio Supervisionado I e II, Seminário de Prática I e II, Monografia II e Oficina de Questão	DE

						Social	
10	Marlúcia Valéria da Silva	23935880359	Doutorado Pós-doutorado	X		Pesquisa Social I, Pesquisa Social II, Monografia I e II, Oficina de vivência e experiência em pesquisa e extensão II	DE
11	Masilene Rocha Viana Tidafi	287556003-44.	Doutorado	X		Sociedade Civil e Movimentos Sociais, Seminário temático I, II, III e IV, Monografia I e Monografia II.	DE
12	Réia Silvia Rios Magalhães	624700783-34	Mestrado	X		Estágio Supervisionado I e II, Pesquisa Social II, Monografia I e II,	DE
13	Rita de Cássia Cronemberger Sobral	152 566 503 -00	Doutorado Pós-doutorado	X		Estágio Supervisionado I e II, Seminário de Prática I e II, Pesquisa II, Monografia I e II.	DE
14	Roberto J. Gonçalves da Silva	04737210315	Doutorado	X		Política Social I	DE
15	Simone de Jesus Guimarães	064598463-91	Doutorado	X		Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do S.S IV Processo de Trabalho III Seminário IV TCC/Monografia II	DE
16	Solange Maria Teixeira	351133593-00	Doutorado	X		Introdução ao Serviço Social; Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do SS I, II, III e Processo de Trabalho do SS I e II.	DE
17	Vânia Teresa Moura Reis	149.242.503-68	Doutorado	X		Ética Profissional, Pesquisa I, Seminário Temático III, Monografia II	DE
18	Luiz Carlos Rodrigues Cruz	036.288.763-20	Especialista		X	Economia Política	DE
19	José Aléxis Bezerra Leite	080 018 704-34	Mestre		X	Int. Tec. Est. Organ. Trab. Científico	DE
20	Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos	173.670.128-28	Doutor		X	Iniciação à Política	DE
21	Joaquim Gonçalves	273.254.583-04	Mestre		X	Iniciação à Filosofia	DE

	Neto						
22	Zoraida Maria Lopes Feitosa	241.105.743-15	Doutora		X	Ética Geral	DE
23	Maryneves Saraiva Área Leão	181.002.443-91	Mestra		X	Formação Sócio-histórica do Brasil e Formação Sócio-histórica do Nordeste e do Piauí	DE
23	Luciana de Sousa Lima Soares	657.189.683-49	Mestre		X	Psicologia Geral	DE
23	Francisca Verônica Cavalcante	239.428.863-91	Doutora		X	Iniciação Antropológica	DE

Nota: * Lotado na Chefia do Curso;

** Lotado em outros Cursos, mas ministra disciplina(s) neste Curso;

*** Contrato temporário (não efetivo).

4.20 Programa de Educação Tutorial-PET

O PET de Serviço Social foi criado em 2009, disponibilizando inicialmente, seis bolsas e mais duas vagas para alunos voluntários. Atualmente 13 alunos estão inseridos no Programa, sendo 12 com bolsas e uma voluntária.

O Programa propicia, aos alunos participantes, a realização de atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica. É um programa de educação voltado ao fortalecimento da graduação, criando um espaço de debates e atividades que proporcionem aos bolsistas e demais alunos um aprendizado crítico, amplo e de qualidade, pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em abril deste ano foi aprovado o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde-Pet saúde, relativa ao edital ms/sgtes nº 24, de 15 de dezembro de 2011. o resultado foi publicado no último dia 04 de abril de 2012, no diário oficial da união.

Os principais objetivos do PET-SAÚDE são oportunizar o desenvolvimento docente e a discussão/implantação das diretrizes curriculares. Dinamizar e fortalecer a aproximação/inserção/integração do ensino, com os serviços públicos de saúde.

5. Política de Pesquisa e Extensão

A Coordenação do Curso de Serviço Social estimula as iniciativas de pesquisa e extensão, primando pela indissociabilidade com o ensino, de forma a possibilitar uma formação que ultrapasse as fronteiras livrescas, do processo de ensino e que oportunize a produção do conhecimento, pela via da pesquisa e do contato e intervenção junto às comunidades, grupos, movimentos e organizações sociais etc.

Assim, estimulará a criação e/ou fortalecimento de núcleos temáticos como os já existentes (NUPEC, Políticas Públicas, PTIA, ENGENDRE, entre outros), de forma a que, cada vez mais, consubstanciem-se em espaços abertos aos alunos de graduação gerando, portanto, a possibilidade de outras práticas e contato com o debate contemporâneo no tocante a suas temáticas específicas.

Convém destacar, a importância do estímulo à participação nos eventos em geral da profissão (CBAS, ENPESS, reuniões e eventos em geral da ABEPSS, CRESS, CFESS, instituições públicas estaduais locais, entre outros) e das entidades organizativas dos estudantes (CA, ENESSO), de forma a integrar-se, cada vez mais, aos processos, debates e deliberações nacionais, buscando romper com o isolacionismo do curso, que gera, entre outras coisas, significativos atrasos na implantação de diretrizes curriculares, como o processo ora experimentado no curso de Serviço Social.

6. Referências Bibliográficas

ABEPSS. **Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>

BELLONI, Isaura et al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **Regulamentação do TCC no Curso de Serviço Social**. 1993.

_____. **Relatório da oficina: A LDB e a revisão curricular do Curso de Serviço Social**. Teresina, 2000.

_____. **Relatório de Levantamento: Avaliação discente do Curso de Serviço Social**. Teresina, maio, 2001.

_____. **Plano de Trabalho da Coordenação do Curso de Serviço Social para o ano 2003**. Fev, 2003.

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR. **Manual de Estágio Curricular UFPI**. Teresina: UFPI. 1991.

FONTENELE, I. C; PASSOS, G.O; TEIXEIRA, S.M. Os TCC's do Curso de Serviço Social: 1995 a 2001. **Caderno de Resumos**. 2001.

GOIANO, Maria do Amparo Martins; LIMA, Melissa Carvalho Soares. *A Política Educacional Brasileira e o Processo Educativo no Curso de Serviço Social da UFPI*. Teresina, 2002. TCC

GUIMARÃES, S. J. *Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI*. Teresina, 1995.

LEITE, D. *Reforma universitária: avaliação institucional participativa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUZ, Lila Cristina Xavier. *De onde vêm e para onde vão os assistentes sociais: elementos configurativos do mercado profissional em Teresina nos anos 90*. São Paulo: PUC, 1999 (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

MIRANDA, Fabrícia Karla F; OLIVEIRA, Kelma Jeana M. *A pesquisa no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFPI: limites e potencialidades*. Teresina, 2001. TCC.

ROSA, Lucia C.S. *O perfil dos assistentes sociais*. Informativo CRESS 22ª Região 1994. P.1.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. IN: *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 12. São Paulo: Cortez, ago/1983. p.109-139.

SILVA, Valéria. *Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social: Diretrizes, rotinas e procedimentos*. Teresina: UFPI, 2000.

SILVA, André Luis Castro. *A construção histórica dos currículos de Serviço Social na UFPI*. Teresina, TCC, 2003.

TEIXEIRA, Solange Maria. *Representações sociais da profissão de Serviço Social: um estudo de caso junto ao alunado do Curso de Serviço Social na UFPI*. São Paulo/Teresina: PUC/UFPI, 1998.

7. Condições de implementação

As condições de funcionamento do curso são bastante precárias, pois estão aquém das necessidades. Os docentes queixam-se de falta de equipamentos para o trabalho (computadores, sobretudo), sobrecarga de trabalho, devido a vários fatores, dentre os principais: ausência de tempo para as atividades pedagógicas. Embora a maioria dos professores desenvolva atividades de pesquisa e extensão, estas não são, em geral, consideradas como atividades que possam reduzir a carga de trabalho do ensino. Assim, a iniciativa da pesquisa e da extensão torna-se, acréscimos à carga-horária, sem que isso repercuta na redução efetiva do trabalho do ensino, pois a instituição as entende como separadas daquelas.

A instalação física deixa muito a desejar. A sala de trabalho do docente, no geral, é utilizada por duas pessoas, que tem que dividir um espaço pequeno com material bibliográfico indispensável e distribuir o tempo para orientação dos alunos com os demais colegas, para não haver choque de horários. Associado a isso, é nessas mesmas salas que ocorrem as sessões de monitoria, de trabalhos de pesquisa, de orientação de TCC's, de reuniões de alguns núcleos que não dispõem de salas próprias, entre outros. O caso da monitoria se reverte problemático porque o aluno-monitor precisa dispor de tempo e equipamentos para suas atividades e passa, em geral, a utilizar a sala do professor para tal.

Além disso, são cada vez mais fortes as exigências produtivistas em torno da produção científica, quadro nacional que desprestigia Universidades periféricas como a UFPI que, no plano nacional, têm reduzidas suas possibilidades de disputa/participação no quadro mais geral das publicações. Agregue-se a isso o reduzido esforço institucional no sentido de publicar os trabalhos. Muitas vezes os professores o fazem individualmente, ou seja, com os poucos recursos próprios colocam no mercado suas idéias na forma de publicações. Assim, se há uma clara sobrevalorização da produção científica em periódicos indexados, há pouco investimento institucional para que os trabalhos sejam efetivamente colocados no mercado.

As funções administrativas, por exemplo, há algum tempo alvo do desagrado de muitos docentes, ao tempo em que exigem muita dedicação, permanecem invisíveis na dimensão burocratizante, a sua marca primeira e que se sobressai em detrimento das funções pedagógicas. Outros aspectos agravam tal quadro, dentre eles destacam-se a falta de apoio logístico à atividade docente, como a ausência de funcionários disponíveis para colaborar nas atividades administrativas, a falta de computadores, de material de consumo como até mesmo papel e tinta para impressão; além disso, há um retroprojektor

e um datashow disponível aos professores do Curso e falta material para incremento de recursos audiovisuais, tal como transparências; projeção em, etc.

Em termos de espaço físico, o Departamento de Serviço Social conta com três salas de aula (340, 343 e 358), permanentes e uma sala para reunião e uma sala em que funciona o PET.